



**nosi**  
we believe in...

# RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

JUNHO 2017

## **ÍNDICE GERAL**

- 1. Despacho conjunto de Apreciação do Relatório e Contas 2016 do NOSi-EPE**
- 2. Relatório e Parecer do Fiscal Único**
- 3. Relatório Anual de Fiscalização**
- 4. Relatório e Contas de 2016**

**DESPACHO CONJUNTO DE APRECIÇÃO  
DO RELATÓRIO E CONTAS 2016  
DO NOSI -EPE**

**GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS**

**GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E PRESIDÊNCIA DO  
CONSELHO DE MINISTROS E MINISTRO DO DESPORTO**

**NOSLEPE**

**APRECIACAO DO RELATÓRIO E CONTAS 2016**

- 1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2016, bem como o parecer do Fiscal Único;**

Considerando o gráfico abaixo ilustrado que compreende:

- ✓ Um total de ativo de 1.579.190 mESC verificado no exercício económico de 2016,;
- ✓ Um passivo total de 398.246 mESC verificado no exercício em apreço;
- ✓ Um Capital Próprio que atinge o montante total de 1.180.943 mESC no exercício económico em análise;
- ✓ Um rendimento total no montante de 768.012 mESC no presente exercício económico, sendo que 58% proveniente das Vendas e Prestações de Serviços, 41% do subsídio à exploração visando o pagamento da parte de despesas com o pessoal, licenças Microsoft e aluguer de circuitos e internet à CVT;
- ✓ Gastos totais que cifram o valor de 817.091 mESC, repartidos entre o FSE com 40% desse total, Gastos com Pessoal com 25%, gastos com Depreciação e Amortização com 22% e outros gasto com um peso de 13%; e



 Promover o desenvolvimento do mercado dos TIC em Cabo Verde e na região:

- ✓ Promover a utilização de plataforma de desenvolvimento de software potenciadores do consumo de serviço NOSiCloud;
- ✓ Desenvolver parceriais com empresas cabo-verdianas do setor das TIC; e
- ✓ Dinamizar o estabelecimento de parcerias com organizações internacionais do setor das TIC

Para tanto, pretende-se implementar um conjunto de ações que foram elencadas no IGP 2017, dentre os quais se elencam:

- ✓ Contratualizar com o INPS e o Governo Central os serviços de governação eletrónica, gestão da RTPS e *Data Center*;
- ✓ Contratualizar com as restantes entidades do Estado com autonomia financeira, a começar com uma experiencia piloto na Camara Municipal da Praia a cobrança embutida nas transações efetuadas pelo próprio software;
- ✓ Minimizar os custos de fornecimento dos serviços externos, rever e implementar de melhorias nos processos que envolvem despesas administrativas (viagens, estadias, *procurement*, etc.).
- ✓ Elaborar o SOW e avaliação dos riscos de cada projeto em que o NOSi está envolvido, avaliando a rentabilidade real de cada projeto, em função dos recebimentos e custos envolvidos.
- ✓ Implementar ferramentas de gestão e análise da contabilidade financeira e implementar uma contabilidade analítica (de custos) focada na identificação da origem dos principais gastos operacionais das atividades desenvolvidas pelo NOSi.
- ✓ Identificar indicadores chaves de qualidade e de performance (KQI e KPI) para cada um dos serviços prestados e estabelecimento dos níveis de satisfação para cada um deles, tendo em conta padrões internacionais e condicionalismos reais do contexto.

- ✓ Criar um Gabinete de Segurança de Informação que terá como funções principais gerir, controlar e testar regularmente o acesso, os perfis e os limites de utilização dos colaboradores aos sistemas.
- ✓ Elaborar um plano de contingência para responder a situações de crise nas componentes críticas dos serviços do Data Center, Redes, Sistemas e Software.
- ✓ Definir procedimentos de monitorização para os operadores do Data Center para a identificação de ataques informáticos.
- ✓ Criar um quadro claro e transparente de recrutamento por concurso ou por cooptação de Estagiários finalistas destacados.
- ✓ Identificar *paths* de Certificação Profissional nas principais ferramentas utilizadas nas quatro áreas principais: *DataCenter*, Redes, Sistemas e Software.
- ✓ Instituir Certificados de Reconhecimento por tarefas bem cumpridas, imbuídos de um prémio monetário de 4 níveis: bronze, prata, ouro e diamante.
- ✓ Realizar análise sobre os modelos licenciamento de *software open source* que melhor se adequam para o IGRP e quais as implicações a nível de desenvolvimento.
- ✓ Elaborar o desenho conceptual de um website de onde é agregada e publicada a informação produzida pelas instituições públicas de Cabo Verde (*open data*).
- ✓ Implementar um sistema concorrencial de adoção de ferramentas e tecnologias concorrentes, através de apresentação e defesa perante audiência alargada e gravada de PoC (*Proof of Concept*).
- ✓ Registar a marca e propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo NOSi.e implementar o projeto da TICseed nos países da CEDEAO.

- ✓ Elaborar a Estratégia de Marketing e Comunicação para a divulgação de produtos e serviços do NOSi, no mercado interno e externo.
- ✓ Implementar um sistema de Helpdesk (1ª linha) e gestão de incidentes, de forma a assegurar de forma contínua a qualidade dos serviços prestados.
- ✓ Desenvolver inquéritos de satisfação dos clientes de serviços do NOSi, analisar os resultados e elaborar propostas de melhoria;
- ✓ Pesquisar fundos de cooperação multilateral disponíveis para financiamento de ações e projetos conjuntos na África Ocidental e PALOP, Participar na produção e edição do Livro 15 Anos de Governação Eletrónica na CPLP. Pesquisa e Edição de informações sobre eGov em Cabo Verde. e
- ✓ Empoderar a área de *Compliance* com formação e certificação do Staff na garantia da qualidade, aprovar o Manual de Procedimentos e o seu resumo sob a forma de Check-Lists, alinhados com a prática ITIL, Axelos e ISO.

Assim, com base na análise do Relatório, das demonstrações financeiras, do Relatório de Auditoria sem reserva e após apreciação do parecer do Fiscal Único, deve a tutela Económica e Financeira, nos termos do ponto iii. da alínea d) do artigo 8º dos Estatutos da NOSI, autorizar ou aprovar os documentos relativos à prestação de contas apresentado pelo Conselho da Administração desta Entidade Pública Empresarial referentes ao exercício de 2016, que evidenciam os seguintes valores (em mESC):

	2016
Activo Total	1 579 190
Passivo Total	398 246
Capital Próprio	1 180 943
Volume Negocios	444 384
Rendimentos Totais	768 012
GASTOS TOTAIS	817 089
EBITDA	130 002
EBIT	- 48 354
Resultado Líquido	- 55 981

### Proposta de aplicação dos resultados

#### Considerando que:

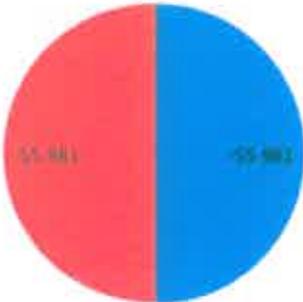
- No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi apurado, como resultado líquido, o montante de **55.981 mECV negativo**;
- O Conselho de Administração da NOSi, EPE propõe à tutela económica e financeira que o Resultado Líquido do exercício no montante de **55.981 mECV negativo** tenha a seguinte distribuição:

Proposta Aplicação de Resultados 2016		
Itens	Valores	%
Resultado Transitado	- 55 981	100%
Resultado Líquido	- 55 981	100%

- Em cumprimento dos artigos 360º e 362º do Código das Empresas Comerciais;

Deve a tutela Económica e Financeira da NOSi, EPE, nos termos do ponto iii. da alínea d) do artigo 8º dos Estatutos dessa Entidade Pública Empresarial, autorizar ou aprovar a proposta da aplicação de resultados apresentado pelo Conselho da Administração da NOSi, EPE, transferindo para os Resultados Transitados o total do Resultado Líquido no montante total de **55. 981 mESC** negativo, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

**Proposta Aplicação de Resultados do Exercício 2016**



■ Resultado Transitado ■ Resultado Líquido

## **Propostas de recomendações à Tutela:**

Orientação de Gestão ao CA da NOSI, EPE para criar mecanismos e estratégias de Gestão eficazes, eficientes e de priorização dos Gastos, visando estancar os Gastos Totais, em especial, reduzir os FSE, gastos com o pessoal e por outro lado aumentar os rendimentos totais, crescer consideravelmente as Vendas e Prestação de Serviço e por outro lado diminuir drasticamente os subsídios a exploração, com o firme propósito de dotar à entidade de sustentabilidade e autonomia financeira, característica essencial de um EPE, conferido com o art.º 1.º do Decreto-Lei n.º13/2014, de 25 de Fevereiro que cria da NOSI, EPE;

Para tanto, visando uma gestão extraordinária e que, além de prestar/obter níveis excelente de satisfação das necessidades da coletividade, desenvolver segundos parâmetros exigentes de qualidade, economia, eficiência e eficácia mas que contribui para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do Setor Público, criando riqueza para o acionista e que por outro lado remunera o CA com uma retribuição variável em consonância com o seu desempenho, propor à tutela que crie as condições abaixo, para a celebração, para breve, do Contrato de Gestão com o Conselho de Administração, nos termos do n.º3 do art.º 16.º dos Estatutos da NOSI, EPE:

- **Orientação de Gestão, nos termos do art.º 14º da Lei 104/VIII/2016, de 6 de janeiro que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais do Estatuto das empresas públicas**
- **Orientações estratégicas** de carácter plurianual, destinado à globalidade do SEE: **Resolução do Conselho de Ministro;**
- **Orientações gerais: Despacho conjunto** do membro do Governo responsável pela área das **Finanças** e do **Ministro responsável pelo setor de atividade** e destinadas a um conjunto de empresas públicas no mesmo setor de atividade;
- **Orientações específicas: Despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área das Finanças e do Ministro responsável pelo setor de atividade ou da deliberação**

**acionista, consoante se trate de EPE ou de sociedade, respetivamente, e destinadas individualmente a uma empresa pública.**

Face ao ambicioso Plano Estratégico para o triénio 2017-2019 e ao almejar de um novo paradigma e visão que se quer para a NOSI, entende-se prudente e aconselhável proceder com o aumento do capital estatutário, conforme reza o nº2 do art.º 9º dos estatutos da NOSI; EPE.

Alterar os atuais Estatutos da NOSI, EPE e adequa-los à Lei 104/VIII/2016, de 6 de Janeiro que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Setor Público Empresarial, incluindo as bases gerais do Estatuto das empresas públicas

Destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, em especial porque o nº 2 do art.º 48.º da Lei supra mencionada estatui de que os documentos referidos no n.º1 do mesmo art.º ( as EPE devem elaborar, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior, os documentos de prestação de contas, remetendo-os à IGF e a DGT, nos prazos em que nas sociedades anónimas se deve proceder à disponibilização daqueles documentos aos acionistas) são aprovados pelos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e pelo Setor de atividade de cada empresa), não pressupondo para tanto a existência da MAG para proceder essa aprovação.

Ademais, a alínea a) do o art.º 45.º determina que a tutela abrange "A aprovação dos Planos de atividades e de Investimento, Orçamento e Contas, assim como de dotações para capital, subsídios e indemnizações compensatórias ".

Adicionalmente, o art.º 58.º da Lei 104/VIII/2016, de 6 de janeiro estabelece que nas disposições finais adverte que os Estatutos têm de adaptar-se à Lei em vigor e que se não forem no prazo estipulado "o disposto na presente lei prevalece sobre os estatutos das entidades referidas no número anterior que, decorrido o prazo aí mencionado, não tenham sido revistos e adaptados ".

Elaborado pela Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE), na Praia, aos 28 de Agosto de 2017.

O Ministro das Finanças



/Olavo Avelino Garcia Correia/



O Ministro dos Assuntos parlamentares e  
Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto



/Fernando Elísio Freire/





**RELATÓRIOS DO FISCAL ÚNICO  
PARA  
EXERCÍCIO DE 2016**

## ÍNDICE

1. Relatório e parecer do fiscal único

2. Relatório de revisão do auditor independente

3. Relatório anual da fiscalização

**RELATÓRIO E PARECER  
DO  
FISCAL ÚNICO**



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Acionista e

Exmo. Conselho de Administração do

NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE

1. Na qualidade de Fiscal Único do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade") e dando cumprimento ao estipulado no artigo 32º do Estatuto da Entidade, apresentamos a V. Exas. o nosso Relatório referente ao exercício de 2016.
2. Fiscalizámos a administração do NOSi, no citado exercício de 2016, através de contactos periódicos, de carácter informativo, com o Presidente do Conselho de Administração e o departamento financeiro da Entidade, e da tomada de conhecimento do conteúdo das Atas das reuniões dos órgãos sociais, mormente do referido órgão de gestão do NOSi, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias, e nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudesse constituir, de alguma forma, um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
3. Procedemos a uma revisão das demonstrações financeiras da Entidade, relativas ao exercício de 2016, de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão de Informação Financeira Histórica, e podemos observar que as referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde, nomeadamente no que concerne a aplicação consistente dos critérios de mensuração adotados, tendo emitido o correspondente Relatório de Revisão do Auditor Independente, com uma conclusão sem reservas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
4. Apreciamos o relatório de gestão do Conselho de Administração, inserido no Relatório e Contas do exercício de 2016, que apresentamos em anexo, e pudemos constatar a conformidade do referido relatório de gestão com os valores constantes das demonstrações financeiras, que o mesmo reflete razoavelmente as atividades desenvolvidas ao longo do ano, e que na sua elaboração foram tidos em conta os aspetos que deve conter, conforme estabelecido no artigo 164º do Código das Empresas Comerciais.
5. Nesta conformidade, entende o Fiscal Único do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras da Entidade, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, podem ser aprovados pela Assembleia Geral.



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

---

6. Desejamos, por último, manifestar ao Conselho de Administração do NOSi, na pessoa do seu Presidente, bem como ao departamento financeiro da Entidade, o nosso apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Praia, 27 de Julho de 2017

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

**RELATÓRIO DE REVISÃO  
DO  
AUDITOR INDEPENDENTE**



## **RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Exmo. Acionista e

Exmo. Conselho de Administração do

NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE

1. Procedemos à revisão das demonstrações financeiras anexas do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, e a demonstração de resultados por naturezas, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

### **Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras**

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

3. A nossa responsabilidade é a de emitir um relatório sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa revisão. Efetuámos a nossa revisão de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão, ISRE 2400-Trabalhos de Revisão de Informação Financeira Histórica. A norma ISRE 2400 exige que concluamos se alguma informação chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras, como um todo, não são preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a base de contabilidade adotada. Esta norma também exige que cumpramos os requisitos éticos relevantes.

4. A revisão de demonstrações financeiras de acordo com a ISRE 2400 é um trabalho de garantia de fiabilidade moderada. O auditor executa procedimentos que consistem basicamente em indagações ao órgão de gestão e ao pessoal da entidade, conforme apropriado, e aplicando procedimentos analíticos, e avaliando as evidências obtidas.

5. Os procedimentos executados numa revisão são substancialmente menores que os executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

---

### Conclusão

6. Baseados na nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

Praia, 27 de Julho de 2017

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

**RELATÓRIO ANUAL  
DA  
FISCALIZAÇÃO**



## **RELATÓRIO ANUAL DA FISCALIZAÇÃO**

Exmo. Acionista e  
Exmo. Conselho de Administração do  
NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE

### **1. INTRODUÇÃO**

Emitimos o presente Relatório no cumprimento do estipulado no artigo 32º do Estatuto do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), no que concerne a fiscalização efetuada às contas e à gestão da Entidade.

### **2. ÂMBITO**

Exercemos as competências e os poderes adstritos ao Fiscal Único, nos termos dos artigos 32º e 33º do citado Estatuto do NOSi, e efetuámos uma revisão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão, ISRE 2400. Em consequência dos trabalhos de fiscalização da gestão e da revisão efetuada às demonstrações financeiras da Entidade, foram emitidos o Relatório de Revisão do Auditor Independente e o nosso Relatório e Parecer como Fiscal Único do NOSi, respetivamente, os quais são apresentados adiante, neste Relatório.

### **3. TRABALHOS EFETUADOS**

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

3.1. Acompanhámos a gestão do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), através de contactos de carácter informativo com o Presidente do Conselho de Administração e departamento financeiro, e da tomada de conhecimento do conteúdo das Atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias.

3.2. Solicitámos e obtivemos informações pertinentes quanto ao cumprimento de disposições legais relevantes, aplicáveis ao funcionamento e controlo das atividades do NOSi.

3.3. Verificámos a existência de instrumentos de gestão previsional e do controlo orçamental.



## **AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.**

**Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**

---

3.4. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, e a demonstração de resultados por naturezas, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas, com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

3.5. Examinámos o relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, o qual anexamos, tendo verificado a sua adequação e a sua conformidade com as demonstrações financeiras referentes ao exercício.

### **4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA NOSSA FISCALIZAÇÃO ANUAL**

4.1. As principais conclusões do nosso trabalho de fiscalização, relativo ao exercício de 2016, são sintetizadas nos nossos Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras e Relatório e Parecer do Fiscal Único, apresentados nos parágrafos 5 e 6, a seguir.

4.2. Em anexo a este dossiê, apresentamos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras preparadas pelo NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE, os quais foram objeto do nosso exame e revisão, respetivamente.

### **5. RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

5.1. Procedemos à revisão das demonstrações financeiras anexas do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, e a demonstração de resultados por naturezas, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, e o anexo, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

5.2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

5.3. A nossa responsabilidade é a de emitir um relatório sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa revisão. Efetuámos a nossa revisão de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão, ISRE 2400-Trabalhos de Revisão de Informação Financeira Histórica. A norma ISRE 2400 exige que concluamos se alguma informação chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras, como um todo, não são preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a base de contabilidade adotada. Esta norma também exige que cumpramos os requisitos éticos relevantes.



## **AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.**

**Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados**

---

5.4. A revisão de demonstrações financeiras de acordo com a ISRE 2400 é um trabalho de garantia de fiabilidade moderada. O auditor executa procedimentos que consistem basicamente em indagações ao órgão de gestão e ao pessoal da entidade, conforme apropriado, e aplicando procedimentos analíticos, e avaliando as evidências obtidas.

5.5. Os procedimentos executados numa revisão são substancialmente menores que os executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

5.6. Baseados na nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde.

### **6. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

6.1. Na qualidade de Fiscal Único do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE ("NOSi" ou "Entidade") e dando cumprimento ao estipulado no artigo 32º do Estatuto da Entidade, apresentamos a V. Exas. o nosso Relatório referente ao exercício de 2016.

6.2. Fiscalizámos a administração do NOSi, no citado exercício de 2016, através de contactos periódicos, de carácter informativo, com o Presidente do Conselho de Administração e o departamento financeiro da Entidade, e da tomada de conhecimento do conteúdo das Atas das reuniões dos órgãos sociais, mormente do referido órgão de gestão do NOSi, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, nas circunstâncias, e nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudesse constituir, de alguma forma, um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.

6.3. Procedemos a uma revisão das demonstrações financeiras da Entidade, relativas ao exercício de 2016, de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Revisão de Informação Financeira Histórica, e podemos observar que as referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro de Cabo Verde, nomeadamente no que concerne a aplicação consistente dos critérios de mensuração adotados, tendo emitido o correspondente Relatório de Revisão do Auditor Independente, com uma conclusão sem reservas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

6.4. Apreciamos o relatório de gestão do Conselho de Administração, inserido no Relatório e Contas do exercício de 2016, que apresentamos em anexo, e pudemos constatar a conformidade do referido relatório de gestão com os valores constantes das demonstrações financeiras, que o mesmo reflete



## AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

razoavelmente as atividades desenvolvidas ao longo do ano, e que na sua elaboração foram tidos em conta os aspetos que deve conter, conforme estabelecido no artigo 164º do Código das Empresas Comerciais.

6.5. Nesta conformidade, entende o Fiscal Único do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras da Entidade, relativos ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, podem ser aprovados pela Assembleia Geral.

6.6. Desejamos, por último, manifestar ao Conselho de Administração do NOSi, na pessoa do seu Presidente, bem como ao departamento financeiro da Entidade, o nosso apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções.

### 7. NOTA FINAL

Solicitamos que seja transmitido os nossos agradecimentos aos colaboradores do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE que nos prestaram assistência durante os trabalhos, mormente a Contabilista Certificada, e disponibilizámo-nos, desde já, a prestar a V. Exas. qualquer esclarecimento que possam necessitar após a leitura dos nossos Relatórios.

Apresentamos a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 27 de Julho de 2017

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.


Representada por

Dr. João Marcos Alves Mendes

Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



# **RELATÓRIO E CONTAS DE 2016**

## INDICE

I. Resolução de Aprovação de Contas	4
II. Mensagem do Presidente	5
III. Relatório de Gestão	9
1. Informação Corporativa	9
2. Funcionamento do NOSI em 2016	11
3. A Gestão de Recursos Humanos	15
4. Tabela de Preços	18
5. Atividade do NOSI EPE em 2016	20
6. Análise da situação Económico-financeira	23
6.1 Indicadores Financeiros	23
6.2 Resultados	24
6.3 Rendimentos	25
6.4 Gastos	25
7. Balanço	27
8. Perspetivas para o futuro	29
9. Proposta de aplicação dos resultados	32
10. Demonstrações Financeiras	33
10.1 Balanço	35
10.2 Demonstração dos Resultados por Natureza	37
10.3 Demonstração de Alterações no Capital Próprio	39
10.4 Demonstração de Fluxo de Caixa	41
10.5 Anexo	43

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

Nos termos do decreto-lei nº13/2014 de 25 de Fevereiro e da Deliberação Unânime Nº 04/2016, o NOSi, E.P.E, tem como órgãos sociais os seguintes:

### Assembleia-Geral:

Presidente: Dr.<sup>a</sup> Indira Tatiana dos Santos

Secretário: Dr. Carlos Pina

### Conselho de Administração:

Presidente: Eng. António Fernandes

Administrador Executivo: Dr. Carlos Santos

Administrador-Executivo: Eng. Aruna Handem

### Fiscal Único:

AUDITEC-Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada pelo Dr. João Marcos Alves Mendes

### Acionista:

O Estado de Cabo Verde é detentor de 100% do Capital Social no valor de 50.000 contos.

## I. RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DE CONTAS 2016

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração do NOSi-EPE, em reunião ordinária do dia 16 de Junho de 2017, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Documento de prestação de contas de Exercício Económico de 2016, tendo decidido submetê-lo à aprovação final pela Assembleia Geral.

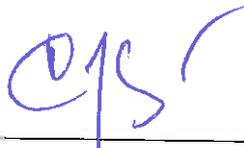
Por ser verdade e para constar, se lavrou a presente resolução abaixo assinada pelos seus membros presentes:

Praia, 16 de Junho de 2017

O Conselho de Administração



/António Joaquim Rocha Mendes Fernandes/



/Carlos Manuel Barreto dos Santos/



/Aruna Pereira Handem/



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos termos do decreto-lei nº13/2014 de 25 de Fevereiro, vem o seu Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, referentes ao ano de 2016.

Este Conselho tomou posse no dia 15 de Junho de 2016.

Para estabelecer um “*ponto de responsabilidade*” da transição com a gestão anterior, foi contratada a realização de uma auditoria externa ao NOSi EPE, levada a cabo pela RMais, cujo resultado se anexa a este relatório.

No exercício em apreço, a atividade do NOSi EPE foi marcada pela transição organizacional de uma entidade institucional enquadrada na Administração Pública para uma Entidade Pública Empresarial.

O primeiro desafio colocado à nova administração foi a revelação do facto de que a empresa vinha operando a tecnologia ORACLE sem pagar as licenças devidas, estando num processo complicado de contencioso com essa multinacional americana, onde inclusive já estavam envolvidos a Embaixada de Cabo Verde nos Estados Unidos e a embaixada Americana em Cabo Verde.

Da dívida reclamada de perto de mais de 4 milhões de dólares, e intervenção do governo junto do vice-presidente da ORACLE, que se deslocou a Cabo Verde para esse efeito, a administração conseguiu acordar o valor da dívida em pouco mais de 1.6 milhões de dólares (CVE 168.491.095,00), tendo recorrido a empréstimo bancário com aval do Estado para a sua quitação.

Com este acordo de quitação com a ORACLE, o NOSi obteve um ganho extraordinário: estar em conformidade legal e económica (compliance) com o principal fornecedor da tecnologia de governação eletrónica.

Logo de início, houve necessidade de reorganização interna, com a consequente melhoria da capacidade de planeamento, colaboração e monitorização das atividades, elaboração de um Plano de Negócios, de um Plano de Atividade, Orçamento e a implementação de uma contabilidade empresarial, cujos resultados são agora apresentados à Assembleia Geral para aprovação.



Os resultados líquidos em 2016 foram negativos traduzindo-se num prejuízo de 49.078.142\$00 (quarenta e nove milhões, setenta e oito mil, cento e quarenta e dois escudos), o que demonstra o atual grau de insustentabilidade do NOSi e do “SISTEMA” de governação eletrónica no país e o tamanho do desafio que este Conselho de Administração tem pela frente.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) situou-se nos 432.180.260\$00 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e oitenta mil, duzentos e sessenta escudos).

Os indicadores financeiros retratados neste documento de prestação de contas, evidenciam que a entidade ainda tem capacidade para solver os seus compromissos de Médio e Longo Prazos.

Os principais desafios económico-financeiros do NOSi prendem-se com o controlo da dívida, com o recebimento das receitas cobradas às Instituições do Estado, com a promoção do equilíbrio financeiro da empresa e com a capacidade de fazer face aos seus compromissos de curto prazo.

Este facto mostra que as entidades/clientes que usufruem da governação eletrónica ainda não estão conscientes do dever de pagar pelo serviço prestado, a apenas em situações de quebras ou instabilidades do “SISTEMA” é que tomam consciência da importância do mesmo e da imperiosa necessidade de torná-lo sustentável, seguro, estável e confiável.

Para resolver este problema a empresa tem vindo a negociar um novo quadro de contratualização de serviços com seus grandes clientes: INPS, UTIC/Ministério da Finanças e CM Praia, onde *“quem beneficia paga, e quem paga exige”*.

O balanço da prestação do NOSi no Mercado externo TIC Africano mostra que a empresa ainda não possui meios de controlar os riscos operacionais nem o risco de não recebimento das prestações nos clientes externos, contudo é importante manter e reforçar vínculos com potenciais mercados de exportação de produtos TIC, nomeadamente na CPLP e nos países vizinhos da CEDAO, e criar mecanismos de penetração nestes mercados capazes de minimizar estes riscos.

O principal desafio operacional enfrentado pelo NOSi em 2016, agravado desde o primeiro dia de trabalho deste novo Conselho, prende-se com instabilidades no designado “SISTEMA” da governação eletrónica.

As instabilidades do “SISTEMA” são derivadas de uma cadeia de fatores complexos, em que o NOSi não domina nem toda a cadeia, nem a toda tecnologia das componentes e mais

importante ainda, não dispõe de recursos para o investimento necessário em equipamentos críticos dessa cadeia, nem na formação e certificação de seus colaboradores.

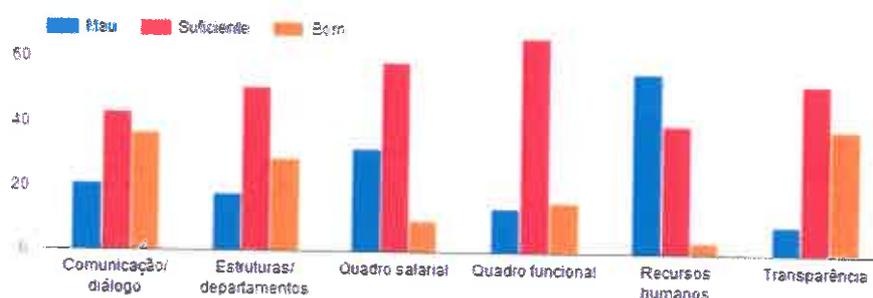
Por outro lado, a arquitetura de integração “excessiva” adotado pelo NOSi, nomeadamente colocando todas as bases de dados num único *appliance* de uma única tecnologia (proprietária), mostra-se restritivo à participação do sector privado no esforço de governação eletrónica do país e da incorporação de toda a capacidade e pujança que esse sector poder aportar à dinamização da economia digital, ficando o NOSi com ónus de “*fazer tudo*”.

Resulta da atual arquitetura a extrema “dependência tecnológica” do NOSi em sistemas “*Black Box*” onde é impossível ter qualquer controlo, restando apenas a opção “*pay-to-play*”.

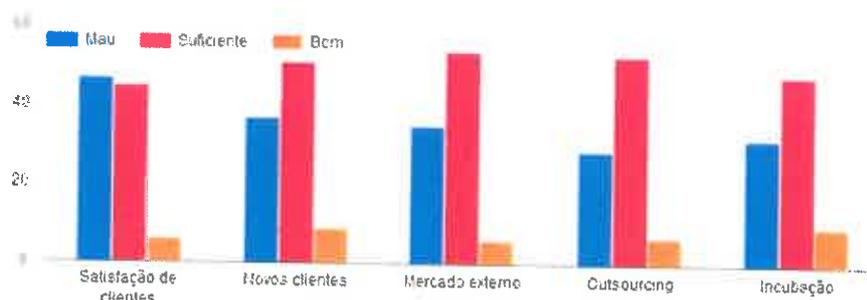
No corrente ano o NOSi irá promover uma discussão alargada sobre esta problemática que envolve a governação eletrónica em Cabo Verde, estando previsto um Workshop em Julho para discussão e adoção de uma nova arquitetura de interoperabilidade capaz de preservar todo o esforço de governação eletrónica no país conseguido nos últimos 19 anos, ao mesmo tempo que se adapta para enfrentar novos desafios.

Depois de um ano em funções, foi feito um inquérito aos colaboradores sobre o desempenho do novo Conselho de Administração em várias áreas. Dos 170 colaboradores, houve 106 respondentes, com os seguintes resultados estatísticos:

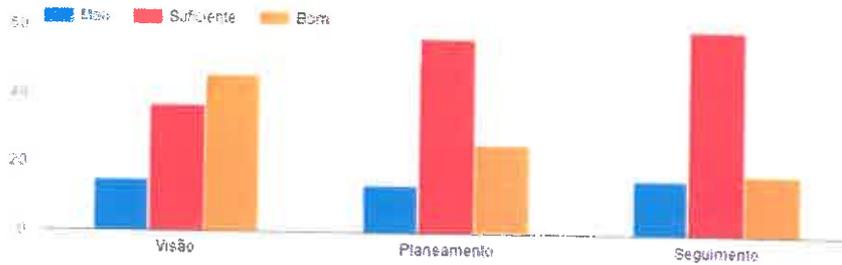
- Sobre o trabalho da administração em relação à Organização:



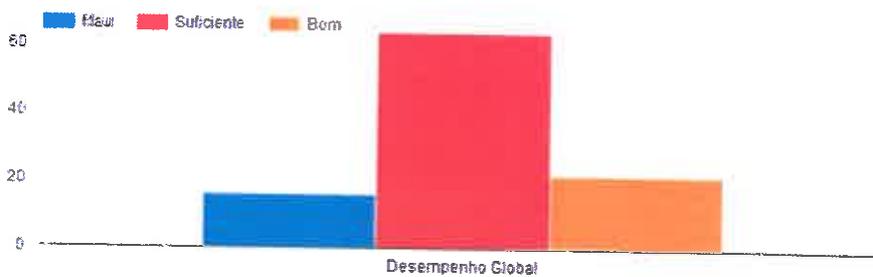
- Sobre o trabalho da administração em relação ao Mercado:



- Sobre o trabalho da administração em relação à Estratégia:



- Sobre o trabalho da administração em geral:



Com este exercício o Conselho deu o mote e abriu caminho ao processo de avaliação de desempenho de todos os colaboradores nos próximos tempos.

Apesar dos muitos desafios que a empresa tem pela frente para alcançar a necessária sustentabilidade, a administração está confiante na capacidade de seus colaboradores de identificar corretamente os problemas e buscar formas inovadoras de resolução.

A todos os colaboradores da empresa, o Conselho de Administração do NOSi expressa o seu reconhecimento pelo esforço desenvolvido e pede um redobrar de esforços no sentido de inverter a situação económica da empresa e alcançar a necessária rentabilidade que permitirá à empresa expandir ainda mais a sua ação e melhor cumprir a sua missão.

Praia, 16 de Junho de 2017

O Presidente do Conselho de Administração:

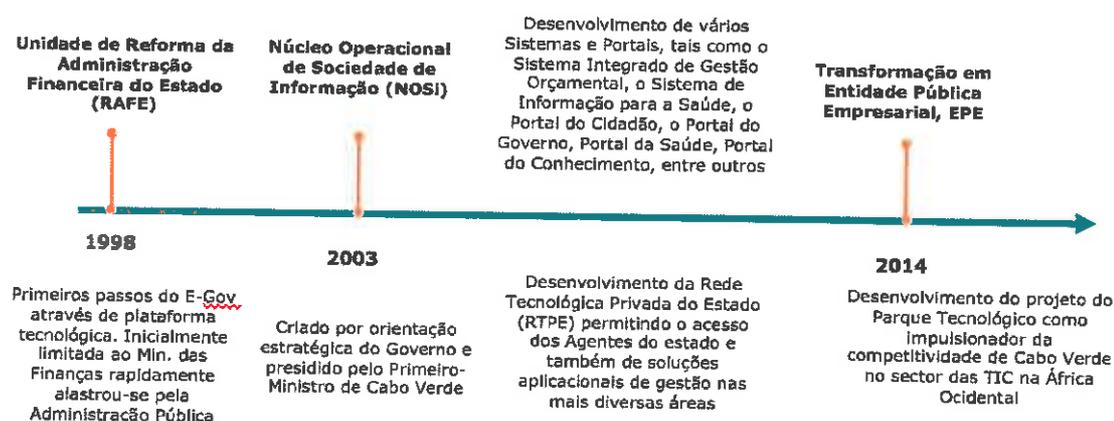


/António Joaquim Rocha Mendes Fernandes/

### III. RELATÓRIO DE GESTÃO

#### 1. Informação Corporativa

O investimento tecnológico na Administração Pública e nos serviços ao cidadão em Cabo Verde tem sido maioritariamente impulsionado pelo Estado através do NOSi, que desenvolve um papel fundamental na construção dos alicerces da Governação Eletrónica e a Sociedade de Informação no país.



De acordo com o decreto-lei nº13/2014 de 25 de Fevereiro, o NOSi foi transformado em uma Empresa Pública Empresarial, com um capital Estatutário de 50.000.000 ECV, representado a 100% pelo Estado de Cabo Verde.

A sua sede encontra-se na ilha de Santiago, na Avenida Cidade de Lisboa – Várzea.

A Visão do NOSi é ser um motor confiável e capaz de impulsionar a transformação do ecossistema das TIC nacional, com impacto positivo na sub-região africana.

O NOSi EPE tem por missão, colocar o cidadão no foco do serviço público, participar na modernização da Sociedade e do crescimento económico.

Para o cabal cumprimento da sua missão, cabe ao NOSi EPE:

- Impulsionar a sociedade do conhecimento, através da prestação dos serviços de inovação e mecanismos de governação eletrónica;
- Facilitar o quotidiano dos cidadãos e dos agentes económico e elevar os padrões de competitividade e de melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos;
- Promover o desenvolvimento da sociedade de informação e do conhecimento;

- Garantir a segurança e proteção dos dados que lhe são confiados;
- Proporcionar aos colaboradores um ambiente produtivo saudável e motivador.

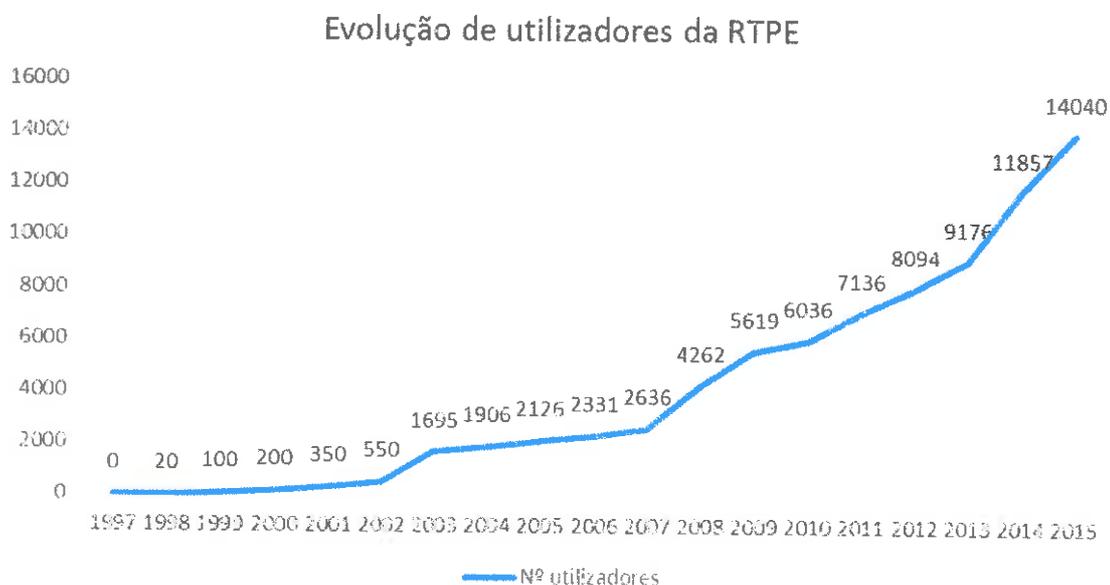
O NOSi expressa a sua cultura num conjunto de valores que caracterizam a sua atuação, como espelha a figura seguinte:



O NOSi presta um conjunto de serviços *Over-the-Counter*, tais como de Housing, IaaS, PaaS, SaaS, bem como de Formação e Consultoria Tecnológica, entre outros serviços complementares.

O serviço de Housing é prestado a partir do Data Center, para os quais se tem vindo a construir uma carteira de clientes nacionais e internacionais, nomeadamente a Câmara Municipal da Praia, a CEDEAO entre outros.

O NOSi gere a Rede de Telecomunicações Privativa do Estado, cujo número de assinantes tem aumentado gradualmente:





O serviço de IaaS também é prestado a partir do Data Center e da Rede Tecnológica e Privativa do Estado (RTPE), detendo o NOSi uma carteira substancial de clientes, nomeadamente o INPS, a ELECTRA, o MAA entre outros.

O NOSi Também desenvolve soluções integradas de governação eletrónica para o setor público e privado (PaaS e SaaS), assente no princípio “Write Once Read Many”, orientado e adaptável às necessidades dos clientes, suportadas por técnicos qualificados e por uma plataforma tecnológica instalada no Data Center.

## **2. Funcionamento do NOSi-EPE em 2016**

O novo Conselho encontrou o NOSi em processo de mudança organizacional, sem um organigrama claro de funções nem processos de funcionamento.

De imediato foi trabalhada a componente operacional do um novo modelo orgânico do NOSi, aprovado em Agosto de 2016, assegurado por três áreas principais: a Área Comercial, com a função de angariar novos clientes, negociar e definir os termos do contrato, bem como garantir a sua execução, a Área Técnica, responsável pelo desenvolvimento, implementação e manutenção das soluções tecnológicas e a Área das Infraestruturas e Recursos.

*A) Área Comercial composta pelos seguintes departamentos, liderados por um coordenador:*

- Gabinete Técnico - Consultoria interna para todas as áreas de especialização do NOSi, EPE.
- Marketing e Vendas - Coordenar a implementação das estratégias e políticas comerciais e de marketing da Empresa para a promoção, venda e preço dos produtos e serviços bem como acompanhar, avaliar e controlar a sua execução de forma planeada assegurando que a comercialização dos produtos e serviços possa estar alinhada á estratégia da empresa
- Gestão de Contratos - Coordenar e implementar uma gestão de alta performance dos contratos de forma a garantir o cumprimento de todo o ciclo de vida do (s) contrato (s) geridos pelos Gestores de Contrato, a saber:
- Suporte ao Cliente - Assegurar a completa assimilação e apropriação por parte do cliente dos produtos e serviços contratualizados.

*B) Área Técnica composta pelos seguintes departamentos, liderados por um coordenador:*

- 
- Plataforma e Sistema - Assegurar a gestão de:
    - Serviço Core - manter os Sistemas Core da rede como autenticação, resolução de nomes, gestão de certificados, bem como os sistemas operacionais das aplicações utilizadas pela organização e por terceiros, ainda com a responsabilidade de garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações sob sua responsabilidade.
    - Aplicações Corporativas e Cloud - administrar e garantir a gestão das aplicações de colaboração corporativas a nível da integridade dos dados, eficiência e operacionalidade prática e performance do sistema.
    - Administração de Base de dados e Servidores Aplicacionais - administrar e garantir o funcionamento e disponibilidade da infraestrutura de Base de Dados e Serviços Aplicacionais utilizadas pelos sistemas de informação alojados no Centro de Dados do Estado. Assim como assegurar a total disponibilidade e integrabilidade de dados e acesso aos Sistemas Informáticos aos utilizadores da Rede do Estado.
    - Backup, Storage e Disaster Recovery - administrar cópias de segurança, gestão tapes, definir normas de segurança aplicadas à realização de cópias de segurança e restauração de arquivos armazenados no Centro de Dados e de utilizadores da RTPE. Tendo, portanto, a responsabilidade de garantir a Contiguidade do Negócio e o Disaster Recovery das aplicações alojadas na Rede do Estado/ Data Center.
  - Upgrade de Aplicações - Garantir que o processo de empacotamento de uma nova versão de um produto bem como a manutenção e evolução do produto/serviço seja feita com garantia de qualidade e segurança e de forma integrada com as demais áreas de atuação do NOSi a saber: Plataforma, Sistemas, Rede, Comunicação, Segurança e Suporte.
  - Desenvolvimento de Software - Coordenar o processo de desenvolvimento de software bem como acompanhar e garantir que a sua execução seja feita de forma planeada e em sintonia com os preceitos de Qualidade, a Inovação e evolução a nível de análise, desenvolvimento e teste.

C) *Área de Infraestruturas e Recursos composta pelos seguintes departamentos, liderados por um coordenador:*

- Rede e Comunicação - Departamento responsável pela gestão, implementação, manutenção, operacionalização e administração da rede de telecomunicações da RTPE, nomeadamente o hardware, software, conteúdos de qualquer natureza, datacenters, service centers, plataformas, arquiteturas tecnológicas, redes de comunicação, serviços de terceiros, definição de metodologias, normas e outros recursos de natureza semelhante legalmente adquiridos, desenvolvidos ou mantidos pelo Estado de Cabo Verde.
- Data Center - Assegura sete níveis de segurança, alberga equipamentos de processamento e armazenamento de dados, e presta serviços a empresas, bancos, entidades nacionais e estrangeiras. A infraestrutura é de alta segurança física e lógica, assegurada pelas mais modernas tecnologias do mercado e foi desenhada para cumprir os mais exigentes requisitos e padrões internacionais, para um desempenho de excelência.
- Departamento de Administração de Recursos - Responsável por garantir a coordenação da gestão administrativa dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais da instituição alinhada às melhores práticas.

O Conselho ainda dispõe de um Staff que suporta as suas atividades em diversas outras áreas, nomeadamente:

- Secretariado e Arquivo Legal - Garantir todo o apoio administrativo e de secretariado aos membros e às atividades do Conselho de Administração;
- Assessoria Jurídica - Garantir a Legalidade de todos os atos bem como a conformidade legal de todos os contratos e situações que vinculam legalmente o NOSi;
- Comunicação e Imagem - Zelar pela boa imagem institucional bem como assegurar para que haja uma boa comunicação interna e externa para que a NOSi possa atingir seus objetivos por meio de diálogos qualificados com o público de interesse - interno, externo, mercadológico - proporcionando a resposta adequada para cada situação de modo a colaborar para os objetivos estratégicos da organização;
- Qualidade e Compliance - Garantir o cumprimento de procedimentos e montar modelos de Gestão alinhados com as melhores práticas e em articulação com a nova



estratégia empresarial do NOSi EPE e fazer o devido seguimento e recomendações ao Conselho.

A Ciber-segurança é um elemento essencial e transversal a todas as operações no NOSi.

Foi nomeado um Auditor de Segurança das Infraestruturas Tecnológicas (ASIT) e propiciado formação com vista à certificação ISO ISO27001 e certificação CISO.

Foi mandado realizar uma auditoria externa à plataforma do Exchange tendo sido identificados um conjunto de medidas de carácter urgente destinadas a assegurar a inviolabilidade das comunicações do Estado e a proteger contra ataques cibernéticos.

Para reforçar a comunicação interna foi criado um portal interno, NOSintra, com o propósito de dar visibilidade e transparência aos atos de gestão do novo Conselho, nomeadamente com a publicação de todas as deliberações saídas nas atas semanais.

O NOSi já tinha excelentes hábitos de responsabilidade social, nomeadamente na participação de campanhas de doação de sangue entre outras iniciativas sociais. Foi instituído um programa NOSiCorason com o objetivo de mensalmente beneficiar alguma pessoa com maiores necessidades.

### 3. Gestão dos Recursos Humanos

Os Recursos Humanos mereceram uma atenção especial dado que ainda não existia na empresa qualquer quadro salarial consistente com um manual de funções e um grande número de colaboradores procuraram de imediato a nova administração para manifestar a sua insatisfação pelo enquadramento salarial e “alegada” discriminação e/ou favorecimento de outros colegas de trabalho.

Foi então dado início à elaboração de um Manual de funções e de Plano de Cargos, Categorias e Salários, com a socialização e posterior implementação de um mapa de funções e de um quadro de categorias e cargos, que passou por um processo de consensualização interna, via NOSintra.

Os quadros de Retribuição Base para Categorias e para Cargos foram estabelecidos de acordo com um levantamento da média dos salários na Empresa e nas empresas do sector:

TABELA 1	Bandas Salariais	Retribuição Base para Categorias (Valores Mensais em 1000 ECV)		
		I	II	III
Consultor Internacional		Por Concurso		
Consultor Nacional		Por Concurso		
Expert	N10	200	220	240
Especialista	N9	170	180	190
	N8	140	150	160
	N7	120	125	130
Técnico	N6	100	110	115
	N5	85	90	95
	N4	70	75	80
Suporte	N3	55	60	65
	N2	40	45	50
	N1	25	30	35
Estagiário	N0	10	15	20

Quadro de Retribuição Base para cargos:

TABELA 2	Bandas Salariais	Retribuição Base para Cargos (Valores Mensais em 1000 ECV)		
		I	II	III
Administração	G3	250	270	300
Coordenação	G2	200	220	240
Gestão Operacional	G1	150	170	190
Supervisão	G0	100	120	140

Estas reformas ainda não estão completas, faltando ainda trabalhar as condições de acesso, permanência, progressão e promoção, nas diferentes categorias, sendo para isso necessário estabelecer a metodologia de avaliação dos colaboradores.

Com esse propósito foi introduzida uma experiência piloto no Departamento de Desenvolvimento de Software (DDS), com a adoção a ferramenta EasyRedMine, para o seguimento de tarefas atribuídas aos colaboradores, elemento fundamental para a futura avaliação de desempenho.

Em caso de sucesso, a utilização desta ferramenta no DDS, a mesma será alargada a todos os outros departamentos.

Também se prevê a elaboração de um plano estratégico de formação e capacitação dos Recursos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos colaboradores e aumento da capacidade de desempenho da empresa.

Foi dado término ao sistema de bônus por acumulação de salários mensais e instituído um Sistema de Certificado de Reconhecimento por tarefas bem cumpridas, com quatro níveis de gratificação monetária: Bronze, Prata, Ouro e Diamante, e um procedimento claro de atribuição.

A 31 de Dezembro de 2016, o NOSi dispunha de um quadro de pessoal composto por 110 colaboradores com contrato a termo, 60 com contrato de prestação de serviço e 29 estagiários, conforme o quadro que se segue:

Quadro 1- Recursos Humanos do NOSi Por Vínculo Laboral – 2016

<b>Tipo de Vínculo</b>	<b>Nº de Funcionários</b>
Laboral “a termo certo”	110
Prestação de serviços	60
<b>Total</b>	<b>170</b>

O Quadro 2 mostra a evolução dos trabalhadores por vínculo contratual, de 2010 a 2016, constatando-se, desde 2014, uma tendência para diminuição do número total de trabalhadores.

Quadro 2 – Evolução do Recursos Humanos Por Vínculo Laboral (2010-2016)

<b>Ano</b>	<b>Contrato a Termo</b>	<b>Prestadores de Serviços</b>	<b>Total</b>
2010	74	51	125
2011	74	72	146
2012	66	137	203
2013	91	102	193
2014	95	108	203
2015	94	89	183
2016	110	60	170

Em 2016, a distribuição dos colaboradores do NOSi, por género foi de:

- Sexo masculino, com 59 trabalhadores, representando um total de 53,63 %;
- Sexo feminino, com 51 trabalhadoras, representando um total de 46,36%;

O NOSi ainda não consegue competir no mercado de trabalho e por essa razão muitos colaboradores experientes têm saído para trabalhar em outras empresas do sector tecnológico.

Em contraponto e para manter sempre aberta a “fonte” de capacidades e talentos, o NOSi lançou o programa NOSiEstágio para captação e treinamento das melhores capacidades TIC, à saída das universidades.

O programa NOSiEstágio foi desenhado da seguinte forma:

- Anúncio de concurso de 3 em 3 meses para recrutamento de estagiários;

- Sieriação feita através do NOSiTeste, aplicado à mesma hora e de âmbito nacional;
- Quatro principais áreas de seleção de estágios: Data Center, Redes e Comunicações, Plataformas e Sistemas e Desenvolvimento de Software;
- Estágio remunerado nos dois primeiros meses em 10.000 ECV/mês, passando para 15.000 ECV/mês nos dois meses seguintes e 20.000 ECV/mês nos dois últimos meses, mediante bom desempenho;
- Opção de recrutamento no final do Estágio o NOSi dos mais aptos para início de carreira no escalão definido no quadro de categorias;
- Atribuição de um kit com portátil, rato, auscultador e mochila, aos não selecionados, para poderem dar início a sua vida profissional;
- Auscultação dos não selecionados para participação no Programa TICseed.

O programa de estágio será participado pelo programa de empreendedorismo jovem, no âmbito das incubadoras de empresas, cujo contrato com o governo deverá ser assinado em 2017.

O Programa TICseed ainda é apenas um modelo de inserção de jovens Cabo-Verdianos no Mercado TIC da CEDEAO e dos PALOP, através de famílias de acolhimento, conjugado com ferramentas disponibilizadas no NOSiCloud.

#### **4. Tabela de preços**

O NOSi não dispunha de uma tabela de preços para os seus serviços.

Uma das tarefas imediatas do novo Conselho de Administração foi de desenvolver uma Tabela de Preços dos produtos e serviços da empresa baseada em cálculos justificativos desses preços, usando a metodologia “*activity based costs*”.

No cálculo da nova Tabela de Preços foi necessário refletir o encadeamento das atividades (*drivers*) dos serviços em conformidade com a melhor prática das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), estabelecidas pela ITIL, Axelos e ISO:



- **Facilities** – O NOSi dispõe de perto de 2.200 Unidades de *racks* no Data Center, que pode usar ou alugar a terceiros.
- **IaaS (Infrastructure as a Service)** – usando os *racks* com servidores adequados é possível entrar no negócio de aluguer de servidores virtuais (e outros dispositivos de infraestrutura).
- **PaaS (Platform as a Service)** – desenvolvendo frameworks de desenvolvimento e colocação de aplicações é possível a rentabilizar os mesmos em regime de aluguer de licenças. Pode-se também usar frameworks de outros fabricantes como a Oracle e a Microsoft para fazer a revenda das licenças de utilização.
- **SaaS (Software as a Service)** – É um modelo onde a aquisição e/ou utilização de um software não está relacionado à compra de licenças, ou seja, utiliza-se algum software e paga por sua utilização.

A tabela de Preços pode ser consultada em [www.nosi.cv](http://www.nosi.cv):

	DESCRIPTION	UNIT	PRICE (€/month)
<b>Consulting</b>	IT Consulting	hour/line	300.00€
	Technical Assistance	hour/line	20.00€
<b>Housing</b>	Shared 1U - Mid Room	€/Month	30.00€
	Private 1U Rack - Mid Room	€/Month	180.00€
	Shared 2U Rack - Mid Room	€/Month	150.00€
	Shared 2U Rack - Safe Room	€/Month	195.00€
	Private 2U Rack - Safe Room	€/Month	420.00€
	Private Full Rack - Safe Room	€/Month	1,475.00€
<b>Web Hosting</b>	Web Hosting Basic (includes 100 MB storage)	€/Month	1.00€
	Web Hosting Plus (includes 1 GB storage)	€/Month	4.00€
	Web Hosting Pro (includes 3 GB storage)	€/Month	7.00€
	Web Hosting Pro+ (includes 5 GB storage)	€/Month	10.00€
<b>VPS</b>	vCore	€/Month	30.00€
	vMemory	€/Month	1.00€
	vStorage	€/Month	1.00€
	Backup (Daily Backup)	€/Month	1.00€
	Backup (Weekly Backup)	€/Month	4.00€

## 5. Atividade do NOSi EPE em 2016

O volume de negócios global do NOSi EPE, durante o ano em apreço foi de 444.384.018\$00 (quatrocentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e dezoito escudos) distribuídos por:

Quadro 3- Volume de negócios – 2016

Serviços	Valores (CVE)	%
Server Hosting	14.875.633\$	3,46%
Web Hosting	3.469.887\$00	0,81%
Desenvolvimento de Aplicação	171.324.751\$00	40%
IAAS - Backup	1.546.833\$00	0,35%
Bundled – Office Automation	74.824.546\$00	16,84%
Consultoria	138.814.524\$00	31,24%
PaaS	889.482\$00	0,20%
Manutenção da Aplicação	29.744.349\$00	6,69%
Outros	8.894.013\$00	2,07%
<b>Total</b>	<b>444.384.018\$00</b>	<b>100%</b>

- Server Hosting - Os dados de 2016 indicam que foram prestados serviços de Sever Hosting num valor total de 14.875.633\$00, que correspondem aos serviços de aluguer de servidores virtuais privados fornecidos pelo Data Center de Cabo Verde. Têm uma audiência global desde governos a grandes empresas, PMEs a indivíduos empreendedores ou ainda ONGs e organizações da sociedade civil. Traz benefícios diretos tanto para o negócio como para a componente operacional IT da organização.
- Webhosting - Os dados de 2016 indicam que foram prestados serviços de Web Hosting num valor total de 3.469.887\$00, que corresponde ao serviço para designers



de website, pequenas empresas e blogueiros. Oferece armazenamento em disco, nome de domínio,

contas de email, e largura de banda mensal, dependendo do pacote que o cliente escolher.

- Desenvolvimento de Aplicações - Os dados de 2016 indicam que foram prestados serviços de desenvolvimento de Aplicação num valor total de 171.324.751\$00. NOSi tem desenvolvido um conjunto de soluções e-Gov, a fim de melhorar a vida dos cidadãos e das empresas. Com muitos anos de experiências, O NOSi possui mais de 80 soluções que abrangem varias áreas que podem ser adaptadas e customizadas conforme a necessidade do cliente. Algumas soluções integradas desenvolvidas:
  - SIGOF – Sistema Integrado para Gestão Orçamental e Financeira.
  - SIM - Sistema de Informação Municipal
  - SIT – Sistema de Informação territorial
  - SIS- Sistema de Informação para a Saúde
  - SIRP - Sistema Integrado do Registo Predial
  - SIPS - Sistema Integrado da Previdência Social
  - SNIAC – Sistema de Identificação e Autenticação Civil
  - SIGAE - Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Estudantes
  - SIGE – Sistema Integrado de Gestão Escolar
  - RNI - Sistema de Registo e Notariado
  - Casa do Cidadão – modelo célere e integrado de prestação de serviços públicos
  - Empresa no dia – criação de uma empresa num só dia
  - Licenciamento simplificado de empresas
  - Certidões online
  - Pagamentos eletrónicos
  - Sistema Integrado de Gestão de Esquadras Policiais

- 
- SIGR – Integrated System for Managing Roads and Highways
  - m-Gov – Mobile e-Government Applications
  - Serviços de Consultoria - em 2016 foram prestados serviços de consultoria (nacional e Internacional) num valor total de 138.814.524\$00. O NOSi cobre todas as etapas do ciclo de consultoria para o desenvolvimento e a implementação de soluções integradas e concebe soluções adaptadas ao contexto do cliente. A expertise acumulada neste domínio permite-lhe ainda prestar serviços de consultoria “bottom-up”, incluindo as áreas de conectividade, instalação de redes, arquitetura e conceção de Data Center, plataformas, segurança, análise e desenvolvimento de conteúdos.
  - Office Automation - Os dados de 2016 indicam que foram prestados serviços de Office Automation num valor total de 74.824.546\$00, correspondem aos de colaboração corporativa disponibilizada pela plataforma do Microsoft Exchange Server oferecendo um sistema de correio eletrónico, calendário, completo, gerenciador de tarefas, entre outros. Também oferece uma plataforma de colaboração chamada Sharepoint que facilita a gestão e disponibilização de portais intranet e extranet empresariais, gestão de conteúdos, gestão documental e de ficheiros, portais colaborativos, ferramentas sociais, pesquisa empresarial, que foram prestados a Instituições do Estado (Governo Central, Local, Institutos, Fundos e Serviços Autónomos, etc.) ligadas à Rede Tecnológica e Privativa do Estado (RTPE).
  - Manutenção das Aplicações - a manutenção das soluções aplicacionais de Gestão da administração e da governação são verticais e têm natureza sectorial. Os dados de 2016 indicam que foram prestados estes serviços num valor total de 29.744.349\$00.
  - Outros Serviços - Os dados de 2016 indicam que foram prestados outros serviços num valor total de 8.894.013\$00. Inclui um conjunto de serviços, tais como:
    - Conectividade;
    - Upgrade de Layout;
    - IP Público;

## 6. Análise da Situação Económica e Financeira

### 6.1 Indicadores Financeiros:

Quadro 4 - Indicadores Financeiros

<b>INDICADORES</b>	
<b>I. Indicadores de Liquidez</b>	<b>Exercício 2016</b>
Liquidez corrente	1,96
Liquidez Reduzida	1,62
Liquidez imediata	0,63
<b>II. Indicadores de endividamento</b>	<b>Exercício 2016</b>
Grau de autonomia financeira	0,76
Solvabilidade	3,17
Net Debt to EBITDA	0,59
Capacidade de Endividamento	0,92
<b>III. Indicadores de Rentabilidade</b>	<b>Exercício 2016</b>
Rentabilidade Liq. das vendas	-0,11
Rentabilidade do ativo	0,15
Margem Líquida	-0,11
Rentabilidade do Capital Próprio	-0,04
<b>IV. Indicadores de Gestão</b>	<b>Exercício 2016</b>
Ativo	1 579 189 265,00

Capital Próprio	1 180 943 401,00
Capital Social	50 000 000,00
Passivo	398 245 864,00
Volume de Negócios	444 384 018,00
Resultados operacionais	228 338 256,00
Resultado Contabilístico	- 49 078 142,00
VAB	432 180 260,00
VAB por trabalhador	3 928 911,45
Prazo Médio de Recebimentos	187

## 6.2 Resultados:

### Quadro 5 - Resultados:

<b>RESULTADOS (ECV)</b>	<b>2016</b>
Resultado Contabilístico	(-) 49 078 142,00
Resultado Fiscal	23 679 320,00

O resultado contabilístico, em 2016, foi negativo, traduzindo-se num prejuízo de 49.078.142\$00 (quarenta e nove milhões, setenta e oito mil, cento e quarenta e dois escudos), tendo sido influenciados, positivamente, pelos serviços prestados a nível nacional e Internacional de Consultoria TIC, desenvolvimento de Software e Office Automation, e negativamente, pela contabilização de vários gastos de exercícios anteriores.

Não obstante os resultados contabilísticos negativos, do exercício, os resultados fiscais resultaram positivos, no montante de 23.679.320\$00, em virtude das correções fiscais que se teve de introduzir no resultado contabilístico, pela não-aceitação fiscal das correções de gastos dos exercícios anteriores.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) situou-se num montante de 432.180.260\$00 influenciado fortemente pelos serviços prestados anteriormente referidos.

Quadro 6 - EBITDA:

	2016
EBITDA	130 002 171,00

O EBITDA, que equivale ao Cash-operacional médio pelo resultado operacional líquido de depreciações, amortizações, apresenta um valor de 130 002 171,00, explicado pelo forte volume das vendas.

### 6.3 Rendimentos

Em termos contabilísticos, o NOSi EPE registou rendimentos totais no montante de 768.012.421,00 conforme o gráfico que se segue:

Gráfico 2 – Rendimentos



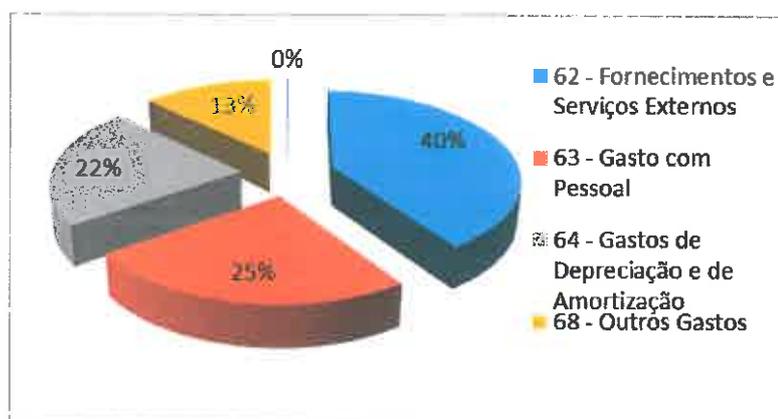
O Subsidio à exploração concedido pelo Estado ao NOSi em 2016, tem como finalidade o pagamento de parte de despesas com pessoal, Licenças Microsoft e aluguer de Circuitos e Internet à CVT.

### 6.4 Gastos

Os gastos totais cifraram-se em 817 090 563,00. A estrutura dos gastos da empresa nos mostra que os gastos com Fornecimento e Serviços Externos representam 40% do total dos gastos, a

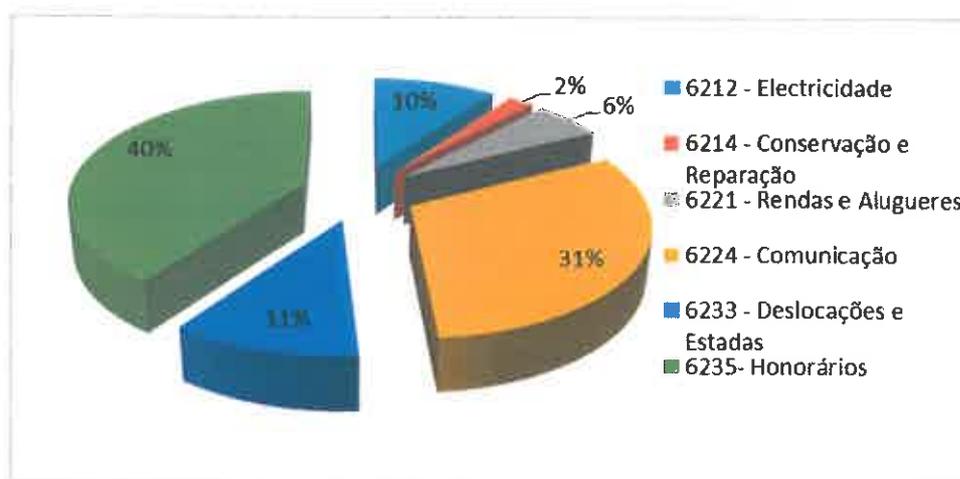
seguir os gastos com Pessoal com um peso de 25%, os gastos com Depreciação e Amortização com um peso de 22%, e os Outros gastos com um peso de 13%.

Gráfico 3 – Estrutura de Gastos



Os gastos com Fornecimento e Serviços Externos atingiram o montante de 330 164 788,00, sendo as rubricas com maior peso Honorários (40%), Comunicação (31%), Deslocações e Estadas (11%), Eletricidade (10%), Rendas e Alugueres (6%), conforme o gráfico que se segue.

Gráfico 4 – Fornecimentos e Serviços Externos



Os gastos com pessoal foram no montante de 203 118 185,00 que tem a sua explicação na estrutura de atual de 110 colaboradores com contratos a Termo, formação e subsídio de Estágio.

As depreciações e amortizações do exercício foram no montante de 178 356 494,00, conforme o quadro que se segue.

Quadro 6 – Depreciações e Amortizações do Exercício

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
6422 - Edifícios e Outras Construções	18 168 700,00	10,19%
6423 - Equipamento Básico	95 316 711,00	53,44%
6424 - Equipamento de Transporte	1 583 954,00	0,89%
6425 - Equipamento Administrativo	7 109 310,00	3,99%
6427 - Outros Ativos Fixos Tangíveis	19 737,00	0,01%
64384 - Outros Ativos Intangíveis	56 158 082,00	31,49%
<b>Total</b>	<b>178 356 494,00</b>	<b>100%</b>

## 7. Balanço

### 7.1 Ativo Não Corrente

A 31 de Dezembro de 2016, o Ativo não Corrente do NOSI equivale a 1 042 123 256,00 sendo Edifícios e Outras Construções no valor de 327 036 603,00, Equipamento Básico 579 612 674,00, Equipamentos de Transporte 6 993 931,00, Equipamento Administrativo 15 636 188,00 e Outros Ativos Intangíveis 112 764 910,00.

### 7.2 Ativo Corrente

A 31 de Dezembro de 2016, o Ativo Corrente do NOSI equivale a 536 516 208,00 sendo Clientes no valor de 261 565 866,00, Outras Contas a Receber 63 524 583,00, Diferimentos 22 245 569,00, Estados e Outros Entes Públicos 18 787 143,00 e Caixa e Depósitos Bancários 166 740 461,00.

### 7.2.1 Clientes

A 31 de Dezembro de 2016, o Saldo de Clientes do NOSi era de 261 565 866,00, representando 51% do Ativo Corrente. O saldo elevado desta conta deve-se ao prazo de recebimento muito alargado (187 dias, aproximadamente 6 meses).

### *7.3 Passivo Não Corrente*

A 31 de Dezembro de 2016, o Passivo Não Corrente do NOSi era de 108.444.325,00, correspondente à parte dos financiamentos obtidos em Novembro de 2016.

### *7.4 Passivo Corrente*

A 31 de Dezembro de 2016, o Passivo Corrente do NOSi era de 289 801 539,00, sendo Fornecedores no valor de 193 039 467,00, Estado e Outros Entes Públicos 46 855 621,00, Financiamentos Obtidos 27 111 081,00, Diferimentos no valor de 22 245 569,00 e outras contas a pagar 549 801,00.

### *7.5 Capital Próprio*

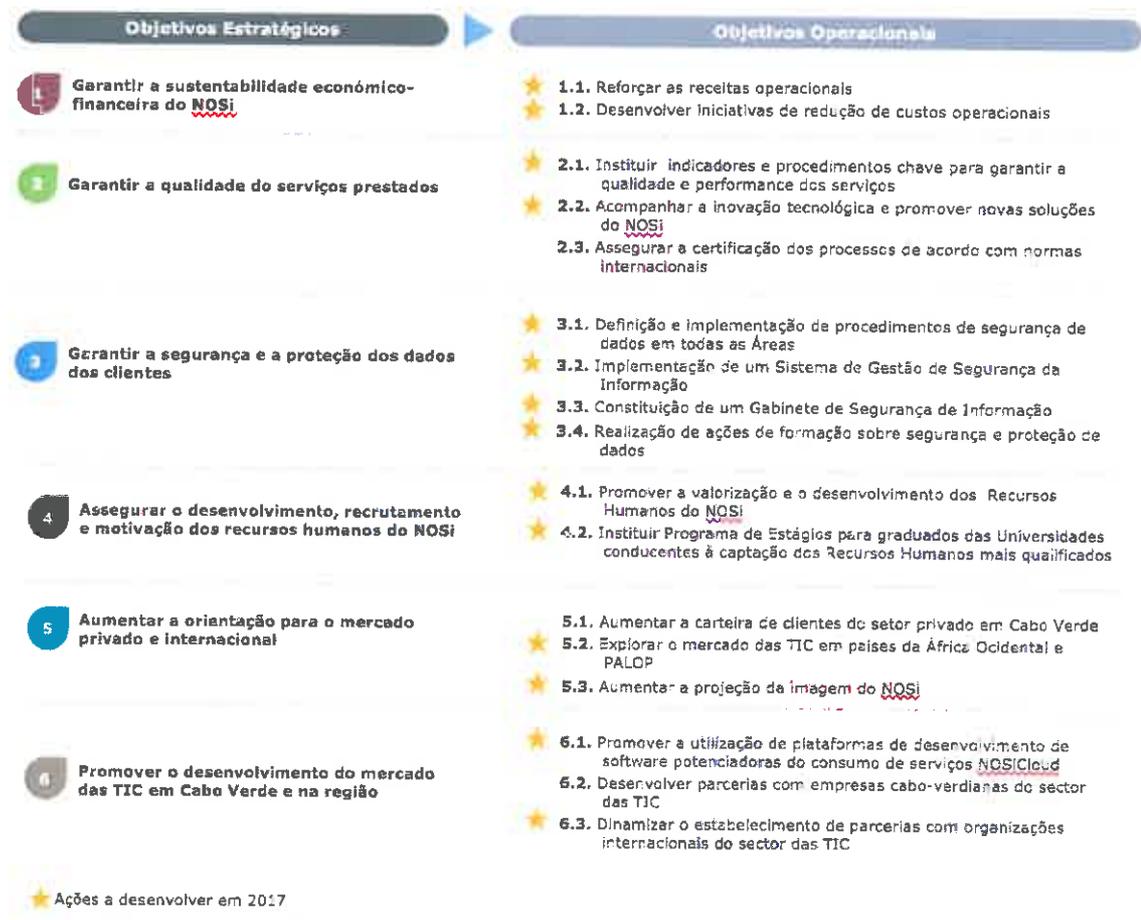
O Capital Próprio a 31 de Dezembro de 2016, ascendeu o valor de 1 180 943 401,00, de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 7 – Capital Próprio

Capital Próprio	Valor	%
Capital Estatutário	50 000 000,00	4,21%
Outras Variações no Capital Próprio	1 186 925 965,00	99,92%
Resultado Líquido do Período	- 55 982 564,00	-4,13%
Total	1 180 943 401,00	100%

## 8. Perspetivas para o futuro

O Plano de Negócio do NOSi para o triénio 2017-2019 define 6 objetivos estratégicos e, dentro de cada um deles, define um conjunto de objetivos operacionais que, por sua vez, deram origem a um conjunto de ações definidas no Plano de Atividades para 2017:



No âmbito de cada um dos objetivos operacionais pretende-se implementar um conjunto de ações elencadas no Plano de Atividades para 2017, dentre as quais se destacam:

- Contratualizar com o INPS e o Governo Central os serviços de governação eletrónica, gestão da RTPS e Data Center;
- Contratualizar com as restantes entidades do Estado com autonomia financeira, a começar com uma experiência piloto na Câmara Municipal da Praia a cobrança embutida nas transações efetuadas pelo próprio software;

- 
- Minimizar os custos de fornecimento dos serviços externos, rever e implementar de melhorias nos processos que envolvem despesas administrativas (viagens, estadias, *procurement*, etc.);
  - Elaborar o SOW e avaliação dos riscos de cada projeto em que o NOSi está envolvido, avaliando a rentabilidade real de cada projeto, em função dos recebimentos e custos envolvidos;
  - Implementar ferramentas de gestão e análise da contabilidade financeira e implementar uma contabilidade analítica (de custos) focada na identificação da origem dos principais gastos operacionais das atividades desenvolvidas pelo NOSi;
  - Desenvolver e implementar uma ferramenta institucional de gestão de projetos;
  - Identificar indicadores chaves de qualidade e de performance (KQI e KPI) para cada um dos serviços prestados e estabelecimento dos níveis de satisfação para cada um deles, tendo em conta padrões internacionais e condicionalismos reais do contexto;
  - Monitorar a implementação e cumprimento dos procedimentos de segurança de dados em todas as Áreas, Implementar mecanismos de correlação de Logs (*Security Information and Event Management System* - SIEM) para a identificação de ataques e vulnerabilidades em tempo útil;
  - Criar um Gabinete de Segurança de Informação que terá como funções principais gerir, controlar e testar regularmente o acesso, os perfis e os limites de utilização dos colaboradores aos sistemas;
  - Elaborar um plano de contingência para responder a situações de crise nas componentes críticas dos serviços do Data Center, Redes, Sistemas e Software;
  - Definir procedimentos de monitorização para os operadores do Data Center para a identificação de ataques informáticos;
  - Desenvolver e implementar uma plataforma de recolha e alerta de erros e respetivas estatísticas;
  - Criar um quadro claro e transparente de recrutamento por concurso ou por co-optação de Estagiários finalistas destacados;
  - Criar um quadro transparente de progressão e promoção nas Carreiras Profissionais e para cargos de Coordenação e Gestão;

- Identificar *paths* de Certificação Profissional nas principais ferramentas utilizadas nas quatro áreas principais: DataCenter, Redes, Sistemas e Software;
- Instituir Certificados de Reconhecimento por tarefas bem cumpridas, imbuídos de um prémio monetário de 4 níveis: bronze, prata, ouro e diamante;
- Desenvolver iniciativas de fortalecimento das equipas e motivação dos colaboradores, através de sessões de partilha e alinhamento entre coordenadores e técnicos de departamentos e sessões de *coaching* individual e organizacional;
- Instituir um ciclo trimensal de recrutamento de estagiários através de Exames de Estágio (NOSiEstagio) que se constituirão como marco de referencia para testes de competências;
- Realizar análise sobre os modelos licenciamento de software *open source* que melhor se adequam para o IGRP e quais as implicações a nível de desenvolvimento;
- Elaborar o desenho conceptual de um website de onde é agregada e publicada a informação produzida pelas instituições públicas de Cabo Verde (*open data*);
- Implementar um sistema concorrencial de adoção de ferramentas e tecnologias concorrentes, através de apresentação e defesa perante audiência alargada e gravada de PoC (*Proof of Concept*);
- Registrar a marca e propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo NOSi;
- Implementar o projeto da TICseed nos países da CEDEAO;
- Implementar o projeto WebLabs em todos os concelhos do país;
- Definir procedimento para responder a situações de crise de imagem institucional;
- Elaborar a Estratégia de Marketing e Comunicação para a divulgação de produtos e serviços do NOSi, no mercado interno e externo:
- Implementar um sistema de Helpdesk (1ª linha) e gestão de incidentes, de forma a assegurar de forma contínua a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver inquéritos de satisfação dos clientes de serviços do NOSi, analisar os resultados e elaborar propostas de melhoria;
- Pesquisar fundos de cooperação multilateral disponíveis para financiamento de ações e projetos conjuntos na África Ocidental e PALOP, Participar na produção e edição do

Livro 15 Anos de Governação Eletrónica na CPLP. Pesquisa e Edição de informações sobre eGov em Cabo Verde;

- Empoderar a área de Compliance com formação e certificação do Staff na garantia da qualidade, aprovar o Manual de Procedimentos e o seu resumo sob a forma de Check-Lists, alinhados com a prática ITIL, Axelos e ISO.

## 9. Proposta de aplicação dos resultados

Os resultados líquidos após impostos, do NOSi-Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, EPE, em 2016, foram negativos, traduzindo-se num prejuízo de 55 982 564\$00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro escudos).

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido após impostos, do NOSi, no exercício de 2016, seja transferido para Resultados Transitados.

Praia, 16 de Junho de 2017

O Conselho de Administração

/António Joaquim Rocha Mendes Fernandes/



/Carlos Manuel Barreto dos Santos/

/Aruna Pererira Handem/

## **10. Demonstrações Financeiras**

### **BALANÇO**

### **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

### **DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

### **DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

### **ANEXO**



## BALANÇO

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosi, E.P.E

Sede: Prala-Cabo Verde

NIF Nº 270149503

BALANÇO EM 01 de JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: CVE

RUBRICAS	Data de Referência	
	31-12-2016	
	NOTAS	VALORES
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções		327.036.603
Equipamento básico		579.612.674
Equipamento de transporte		6.993.931
Equipamento administrativo		15.636.188
Outros activos fixos tangíveis		78.950
<b>Total dos ativos fixos tangíveis</b>	<b>3</b>	<b>929.358.346</b>
Ativos intangíveis		112.764.910
<b>Total dos ativos intangíveis</b>	<b>4</b>	<b>112.764.910</b>
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>1.042.123.256</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Clientes	5	261.565.866
Estado e outros entes públicos	6	18.787.143
Diferimentos	7	22.245.569
Outras contas a receber	8	67.726.970
Caixa e depósitos bancários	9	166.740.461
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>537.066.009</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.579.189.265</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital estatutario		50.000.000
Outras variações no capital proprio		1.186.925.965
Resultado líquido do período		55.982.564
<b>Total do capital próprio</b>	<b>10</b>	<b>1.180.943.401</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Financiamentos obtidos	11	108.444.325
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>108.444.325</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	12	193.039.467
Estado e outros entes públicos	13	46.855.621
Financiamentos obtidos	11	27.111.081
Diferimentos	7	22.245.569
Outras contas a pagar	14	549.801
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>289.801.539</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>398.245.864</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.579.189.265</b>

O Contabilista Certificado

*Silva*



O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*



## **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-Nosi, E.P.E

Sede: Praia-Cabo Verde

NIF Nº 270149503

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016**

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO	
	NOTAS	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	15	444.384.018,00
Subsidio de exploração	16	317.961.030,00
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>17</b>	<b>762.345.048,00</b>
Fornecimentos e serviços externos		-330.164.788,00
<b>Valor acrescentado bruto</b>	<b>18</b>	<b>432.180.260,00</b>
Gastos com o pessoal	19	-203.118.185,00
Outros rendimentos e ganhos	20	5.667.373,00
Outros gastos e perdas		-104.727.277,00
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos</b>	<b>3 e 4</b>	<b>130.002.171,00</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização		-178.356.494,00
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>	<b>21</b>	<b>-48.354.323,00</b>
Juros e perdas similares		-723.819,00
Juros e ganhos similares Obtidos		0,00
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>-49.078.142,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autónoma		-6.904.422,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>22</b>	<b>-55.982.564,00</b>

O Contabilista Certificado



## DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016

Moeda: CVE

		Capital próprio atribuído aos detentores do capital				Total
		Capital próprio	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Notas						
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>						
1	<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>					
	Resultado líquido do período	50 000 000	-	-	(55 982 564)	(5 982 564)
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-
	<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>50 000 000</b>	-	-	<b>(55 982 564)</b>	<b>(5 982 564)</b>
2	<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>					
	Outras operações com detentores de capital		-	-	-	-
3	<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>					
	Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-
4						
			-	-	-	-
1+2+3+4						
		<b>50 000 000</b>	-	-	<b>(55 982 564)</b>	<b>-5.982.564</b>
1	<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2016</b>					
	Resultado líquido do período					
	Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros					
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1186 925 965	-	-	1.186.925.965
2	<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>					
		-	<b>1186 925 965</b>	-	-	<b>1.186.925.965</b>
3	<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>					
	Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-
4						
			-	-	-	-
1+2+3+4						
		<b>50 000 000</b>	<b>1186 925 965</b>	<b>(55 982 564)</b>	-	<b>1.180.943.401</b>

O Contabilista Certificado




O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01-01-2016 A 31-12-2016

Moeda: CVE

RUBRICAS	PERÍODO	
	2016	
	Notas	valores
<b>Método Directo</b>		
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de clientes		49.774.298,00
Pagamentos a fornecedores		-249.997.029,00
Pagamentos ao pessoal		-136.767.196,00
Pagamentos ao Estado		-181.647.686,00
Caixa gerada pelas operações		-520.637.613,00
<b>Outros recebimentos/ pagamentos</b>		<b>362.665.808,00</b>
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-157.971.805,00
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis		-9.157.359,00
Activos intangíveis		-168.922.992,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Subsídios		317.961.030,00
Financiamentos Obtidos		135.555.406,00
Realizações de Capital		50.000.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		325.436.085,00
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		
Juros e gastos similares		-723.819,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>166.740.461,00</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>166.740.461,00</b>

○ Contabilista Certificado

○ Conselho de Administração





## ANEXO

A. 2



**Núcleo Operacional da Sociedade da Informação, Entidade Empresarial-NOSi, E.P.E.**  
**NIF N° 270149503**

**ANEXO**

**PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2016 E 31/12/2016**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

O Núcleo Operacional da Sociedade da Informação (NOSi, E.P.E.) é uma Entidade Pública Empresarial dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com capacidade jurídica que abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes para promover a inovação e governação eletrónica em todo o território nacional.

De acordo com o Decreto-lei n°13/2014 de 25 de Fevereiro o NOSi, E.P.E, é uma Entidade Pública e Empresarial que se rege pela Lei n° 47/VII/2009, de 7 de Dezembro, que estabelece o regime do Setor Empresarial do Estado, pelo Código das Empresas Comerciais, e pela lei n°39/IV/2004, de 2 de Fevereiro, que estabelece medidas de modernização administrativa.

O acionista único do NOSi, E.P.E. é o Estado de Cabo Verde, o qual é detentor de 100% do Capital Social, no montante de 50.000.000,00.

Constituem receitas do Núcleo Operacional da Entidade da Informação, Entidade Pública Empresarial:

- (i) O produto da prestação de serviços;
- (ii) As partições, subsídios ou donativos concedidos, por quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- (iii) Os valores cobrados pela frequência de cursos, seminários ou outras ações de formações realizados pelo NOSi, E.P.E;
- (iv) Os valores recebidos pela gestão /ou acompanhamento de projetos de investimentos nos diversos atividade do NOSi e;
- (v) Quaisquer outras receitas que lhe sejam legalmente atribuídas.

De acordo com a estrutura orgânica em vigor, em termos de organização interna, o NOSi, E.P.E é composto pelos seguintes órgãos sociais:

**Mesa da Assembleia-Geral**

**Presidente:** Dr.ª Indira Tatiana dos Santos

**Secretário:** Dr. Carlos Pina

**Conselho de Administração**

**Presidente:** Eng. António Fernandes

**Administrador Executivo:** Dr. Carlos Santos

**Administrador-Executivo:** Eng. Aruna Handem

**Fiscal Único**

**AUDITEC-Sociedade de Auditores Certificados, Lda.**

## **NOTA Nº 0 –REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com o SNCRF-Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro, o qual foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro, seguido da Portaria nº 49/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Código de Contas do SNCRF, bem como do Despacho Normativo nº 1/2008 de 29 de Dezembro, que aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF, dos Despachos Normativos nº 2/2008 a 26/2008, de 29 de Dezembro, que aprovam as 25 Normas de Relato Financeiro e do Despacho Normativo nº 27/2008 de 29 de Dezembro, que aprova o Regime Especial para Pequenas Entidades do SNCRF.

## **NOTA Nº 1 –RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS**

### **1.1 Pressupostos básicos**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade e do regime do acréscimo.

### **1.2. Comparabilidade**

A informação apresentada é comparativa em relação ao período anterior para todas as quantias relevantes relatadas nas demonstrações financeiras.

### **1.3. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico. As exceções na mensuração de ativos e passivos específicos são referidas nas notas respetivas.

### **1.4. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido dos gastos adicionais da compra, e eventuais gastos de instalação e outros, até a entrada em funcionamento, líquido das respetivas depreciações acumuladas e imparidades acumuladas.

As depreciações do ativo fixo tangível contabilizadas como gastos, no exercício, são calculadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere a portaria nº42/2015.

As taxas aplicadas ajustam-se à vida útil estimada dos bens, sendo:

Edifícios e outras construções	3% - 5%
Equipamento básico	5% - 25%
Material de carga e transporte	12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	16% - 20%

### **1.5. Ativos intangíveis**

O ativo intangível inclui licenças de softwares, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes, com aplicação das taxas da tabela a que se refere a portaria nº42/2015, sendo aplicada em concreto a taxa de 33,33%.

### **1.6. Contas a receber e imparidades**



As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

### **1.7. Contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

### **1.8. Financiamento obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo, pelo valor nominal, líquido das comissões com a emissão desses empréstimos. São classificados como passivo corrente, exceto nas partes que a Entidade tem direito de diferir pelo menos 12 meses após a data do balanço, as quais se classificam como não corrente. Os juros dos financiamentos obtidos são capitalizados como parte do custo dos ativos diretamente relacionados, cujo tempo de construção ou produção ultrapassa os 9 meses, caso contrário são reconhecidos como gastos do período, de acordo com o regime do acréscimo.

### **1.9. Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos em instituições de crédito e entidades financeiras-descobertos bancários.

### **1.10. Periodizações**

Os gastos e os rendimentos são reconhecidos quando gerados, e não quando são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a pagar”, “outras contas a receber e “diferimentos”.

### **1.11. Conversão cambial**

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

### **1.12. Gestão de riscos financeiros**

Existe uma exposição mediana da Entidade a riscos financeiros em virtude de parte das transações ser em moeda estrangeira e a Entidade ter contraído um financiamento bancário a juro ajustável. Nomeadamente:

#### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é mediano na medida em que existe uma paridade fixa ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações com o estrangeiro, o Euro e o Dólar americano e a maioria das vendas de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos.

#### **(ii) Risco da taxa de juro**



Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Entidade sujeita ao risco da variação da taxa de juro, embora a mesma possa ser considerada mediana. Não existem “swaps” de taxas de juro.

### **(iii) Risco de crédito**

Não existe uma concentração dos riscos de crédito porque os Clientes são maioritariamente entidades públicas nacionais e minoritariamente entidades estrangeiras.

### **(iv) Risco de liquidez**

A Entidade não tem defrontado problemas de liquidez, tendo recorrido a financiamento bancário para fazer face a compromissos históricos, com um fornecedor de referência.

## **1.13. Benefícios aos empregados**

Em conformidade com o Decreto - Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de Abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 01 de Janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Entidade reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

## **1.14. Imposto único sobre os rendimentos e impostos diferidos**

De acordo com o código do IRPC (Decreto-Lei nº 82 de 8 de Janeiro de 2015) a matéria coletável é determinada com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pela parte dos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais.

A matéria coletável serve de base para o cálculo do imposto estimado no exercício que é acrescido do valor da tributação autónoma, a qual é regulada pelo artigo nº 89 do citado código do IRPC.

A taxa do IRPC em vigor é de 25% havendo um imposto de incêndio adicional de 2% sobre a coleta deste imposto. A taxa de tributação autónoma é de 10%, acrescido de mais dez pontos percentuais, caso a matéria coletável seja negativa.

As declarações fiscais podem ser revistas pelo Serviço de Inspeção Tributária, num prazo até cinco anos, pelo que os resultados fiscais da Empresa, dos últimos cinco exercícios, podem ser corrigidos para efeitos fiscais.

O prazo para o reporte dos prejuízos é de sete anos, mas, em cada ano, somente 50% dos lucros poderão cobrir prejuízos do período de reporte permitido.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Entidade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

### 1.15. Capital próprio

A rubrica capital próprio inclui o capital estatutário, outras variações no capital próprio, as reservas constituídas e os resultados do período, líquidos da estimativa dos impostos.

### 1.16. Rédito

O rédito das prestações de serviço refere-se ao valor das prestações de serviço líquido de descontos, devoluções e impostos. As prestações de serviço são reconhecidas com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

### 1.17. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

## NOTA Nº 2 – FLUXOS DA CAIXA

O saldo da caixa e equivalentes de caixa, que incluem caixa e depósitos bancários, encontram-se totalmente disponíveis para uso. Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da entidade.

## NOTA Nº 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados nas rubricas do ativo fixo tangível é o seguinte:

	Edifícios e out. construções	Equipam. Básico	Equipam. Transporte	Equipam. Administ <sup>o</sup>	Out.Act. F Tangível	Total
<b>Variações em 2016</b>						
Valor líquido em 01 /01/16	345.205.303	668.662.482	6.056.250	22.376.677	0 <sup>*</sup>	1.042.300.712
Aquisições do exercício (i)	0	6.266.903	2.521.635	368.621	98.687	9.256.046
Alienações do exercício	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	-18.168.700	-95.316.711	-1.583.954	-7.109.310	-19.737	-122.198.412
<b>Valor líquido em 31/12/16</b>	<b>327.036.603</b>	<b>579.612.674</b>	<b>6.993.931</b>	<b>15.636.188</b>	<b>78.950</b>	<b>929.358.346</b>
<b>Posição a 31 Dezembro de 2016</b>						
Valor de aquisição	345.205.303	674.929.385	8.577.885	22.745.498	98.687 <sup>*</sup>	1.051.556.758
Depreciação acumulada	-18.168.700	-95.316.711	-1.583.954	-7.109.310	-19.737	-122.198.412
<b>Valor líquido em 31/12/16</b>	<b>327.036.603</b>	<b>579.612.674</b>	<b>6.993.931</b>	<b>15.636.188</b>	<b>78.950</b>	<b>929.358.346</b>

Os ativos fixos tangíveis do NOSi, E.P.E são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica de Capital próprio e Outras variações do capital próprio, sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela NOSi, E.P.E.

## NOTA Nº 4 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Decompõem-se como segue:

	<u>Programa de computadores</u>	<u>programa de oracle</u>	<u>Total</u>
Valor líquido em 01 de Janeiro de 2016	0	168.491.095	168.491.095
Aquisições do exercício	431.897	0	431.897
Depreciação do exercício	0	-56.158.082	-56.158.082
<b>Valor líquido em 31/12/ 2016</b>	<b>431.897</b>	<b>112.333.013</b>	<b>112.764.910</b>
<b>Posição 31 /12/ 2016</b>			
Valor de aquisição	431.897	168.491.095	168.922.992
Depreciação acumulada	0	-56.158.082	-56.158.082
<b>Valor líquido em 31 /12/ 2016</b>	<b>431.897</b>	<b>112.333.013</b>	<b>112.764.910</b>

A rubrica Ativos Intangíveis, no montante total de 112.764.910,00, inclui essencialmente, programas do Oracle e o programa de Contabilidade Primavera, amortizados de acordo com a tabela em vigor.

## NOTA Nº 5 – CLIENTES

O detalhe do valor escriturado na rubrica Clientes é o seguinte:

	<u>2016</u>
Clientes c/c em moeda nacional	159.096.584,00
Clientes c/c em moeda estrangeiro	102.469.282,00
	<u>261.565.866,00</u>

## NOTA Nº 6 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe do valor escriturado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos do ativo é o seguinte:

	<u>2016</u>
IVA a recuperar	18.787.143,00
	<u>18.787.143,00</u>

## NOTA Nº 7 – DIFERIMENTOS

O valor registado na rubrica diferimentos refere-se a gastos com Licenças de software, relativos ao exercício de 2017, pagos no corrente exercício, os quais vem sendo assumidos pelo Estado, em favor da NOSi. Ao serem reconhecidos os gastos no exercício de 2017 os diferimentos ativos serão regularizados por contrapartida da rubrica de gastos respetiva e os diferimentos passivos regularizados por contrapartida da rubrica de rendimentos Subsídios à Exploração.

## NOTA Nº 8 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Decompõem-se como segue:

	<u>2016</u>
Devedores diversos (i)	63 524 583,00
Remuneração do Pessoal	3 652 586,00
	<u>67 177 169,00</u>

(i) O saldo da rubrica Devedores diversos refere-se essencialmente ao montante por receber do Ministério das finanças no valor de 63.573.388\$00 e restantes outros pequenos valores.

### **NOTA Nº 9 – CADXAS E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

#### **Banco do Tesouro**

NOSI – EPE	831.177
NOSI - Projeto INPS	44.239.623
NOSI - Projeto INPS Guiné Bissau	18.506.462
NOSI -Projeto B.D. água e Saneamento	110
NOSI -Projeto Janela única do Comércio	227.401
NOSI -Projeto Cadastro único	2.586.175
NOSI -Projeto Burkina Faso	180.698
NOSI -Projeto Melhoria Aplicação Step Portugal	845.312
NOSI -Projeto I.A. Guiné Equatorial	1
NOSI -Projeto G.S.A da Administração Pública	1.250.869
NOSI -Projeto SNIAC 2 Ajudas de Custo	3.247.945
NOSI -Projeto Plataforma Integrada. P.S E-Bau	33.217.438
NOSI -Projeto S.I.M.M. ARFA	162.046
NOSI -Projeto S.I. Tribunal de Contas	6.686.216
NOSI -Projeto S.S. De São Tomé e Príncipe	23.357.990
NOSI -Projeto S.S. Anjo-cities	184
NOSI -Projeto Porton di nos Ilha	23
NOSI -Projeto Janela única Moçambique	233
NOSI -Projeto Sistema Integrado de Gestão	348.853
Subtotal (1)	<u>135.688.756</u>
<b>Banco de Cabo Verde</b>	
NOSI – Programa Mundo Novo	4.093.085
NOSI - Sistema Informação para Saúde	519.679
NOSI – Projeto Contencioso Tributário	2.924.483
NOSI – Projeto Upgrade Governação Eletrónica	1.880.217
NOSI – Projeto Gestão de Propriedade	16.248.879
Subtotal (2)	<u>25.666.340</u>

BCA	5.385.365
Subtotal (3)	<u>5.385.365</u>
Total (1+2+3)	<u>166.740.461</u>

## NOTA Nº 10 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2016 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio, sendo que as outras variações no capital próprio compreendem o valor dos bens doados.

## NOTA 11 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

À data do balanço, a conta Financiamentos Obtidos apresenta saldo credor no valor de 135.555.406,00. Esse montante é relativo ao empréstimo contraído junto da Caixa Económica, tendo como garantia uma carta conforto do Estado, datada de 16/11/2016, em que dá o aval no âmbito da operação de pagamento da dívida das Licenças das Soluções ORACLE. A taxa de juro é de 7%. De acordo com o contrato de financiamento, o capital mutuado será amortizado integralmente no dia 25/11/2022, sendo os juros pagos com periodicidade mensal.

## NOTA Nº 12 – FORNECEDORES

O saldo da rubrica de Fornecedores refere-se as seguintes dívidas:

<b>Fornecedores conta corrente nacionais</b>	<b>Valores</b>
ASA- Aeroportos e Segurança Aérea	2.929.082
Churrasqueira Benfica	9.080
Correios de Cabo Verde	3.170
CV Multimédia, Entidade Unipessoal	10.501.432
CV Móvel Entidade Unipessoal	806.960
DHL Senegal SARL	8.600
Diocesana Center	3.680
Electra Norte	4.556.853
Electra Sul	80.513.684
Executiv tour	106.350
Águas de Boa Vista	2.145.001
Imor - Imobiliária & Representações	53.760
Imprensa Nacional de Cabo Verde	2.880.000
Incentea CV	149.006
JM da Veiga - Transporte de Passageiro	135.000
Limpeza Esterilização Manutenção	3.600
Média Comunicações	6.900
Papelaria Académica	11.750
Restaurante Panorama	419.175
Santo Antão Art Resort	6.285
Entidade de Aluguer de Automóveis	13.300
Sun, Lda	160
Tecnici Indústria, S.A	95.748
TEI, SA Telecomunicações Eletrónica	28.750
TACV - Transporte Aéreo de Cabo Verde	67.571

Unitel T+	2.440.418
ANAC- Agência Nacional de Comunicações	21.361.920
Cabo Verde Telecom	2.830.292
Electra SARL	1.671.681
Firma Braz de Andrade	4.500

---

**Subtotal (1)** 134.515.170

---

**Fornecedores Conta Correntes Estrangeiros**

Hardsecure	1.601.048
Microsoft	53.389.366
Guiatel - Serviços de Telecomunicações	3.533.883

---

**Subtotal (2)** 58.524.297

**Total (1+2)** 193.039.467

---

### NOTA Nº 13 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do balanço a conta Estado e Outros Entes Públicos tinha um saldo credor de 46.855.621,00 resultante das dívidas à DNRE (retenções de imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, independente e sobre empresas não residentes) – correspondente aos descontos efetuado no mês de Dezembro a serem regularizadas nos meses seguintes. O saldo credor desta rubrica encontra – se detalhado abaixo:

	<b>2016</b>
Retenção de IRPS-Pessoal dependente (a)	1.509.108,00
Retenção de IRPS-Pessoal independente (b)	33.392.800,00
Retenção de IRPS-Predial (c)	60.000,00
Segurança Social INPS (d)	4.989.291,00
Imposto s/ rendimento do ano IRPC (e)	5.503.829,00
Derrama (f)	9.866,00
Tributação Autónoma (g)	1.390.727,00
Saldo final	<b>46.855.621,00</b>

**a) Imposto sobre rendimentos (IRPS) – Pessoal Dependente**

À data de balanço o saldo credor da conta (IRPS) - Pessoal Dependente, representa dívidas para com DNER no valor de 1.509.108,00, a ser regularizados nos meses seguintes.

**b) Imposto sobre rendimentos (IRPS) – pessoal independente**

Á data de balanço o saldo credor de 33.392.800,00 da conta (IRPS) – pessoal independente correspondem as retenções efetuadas no processamento dos honorários do pessoal independente, a serem regularizados nos meses seguintes.

**c) Imposto sobre rendimentos das Pessoas Singulares (IRPS) – Rendimentos Prediais**

Á data de balanço o saldo credor de 60.000,00 da conta (IRPS) – rendimentos prediais correspondem às retenções efetuadas a menos e pagas a menos à DNRE, a serem regularizados nos meses seguintes.

**d) Contribuição para Segurança Social**

Á data de balanço o saldo credor de 4.989.291,00 corresponde ao saldo de Contribuições para Segurança Social a ser pago nos meses seguintes.

**e) Imposto Corrente (IRPC) – rendimentos do exercício**

Á data de balanço o saldo credor de 5.503.829,00 corresponde ao imposto sobre rendimento do período, apurado no exercício de 2016, a ser pago ao fisco.

**f) Derrama (IRPC)**

Á data de balanço o saldo credor de 9.866,00 corresponde à derrama apurada no exercício de 2016 a ser entregue ao fisco.

**g) Tributação Autónoma (IRPC)**

Á data de balanço o saldo credor de 1.390.727,00 corresponde à tributação autónoma apurada no exercício de 2016, a ser pago ao fisco.

**NOTA Nº 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>2016</b>
	<hr/>
Credores diversos	549.801,00
	<hr/>
	549.801,00

**NOTA Nº 15 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

As Vendas e Prestações de Serviços do NOSI, EPE, durante o exercício de 2016, foram de 444.384.018,00, assim distribuídos:



<b>Prestação de serviços</b>	<b><u>2016</u></b>
Server Hosting	14.875.633
Web Hosting	3.469.887
Backup	1.546.833
Office Automation	74.824.546
Consultorias TIC	138.814.524
Manutenção de Aplicação	29.744.349
Conetividade	1.155.970
Upgrade do Layout	2.080.000
IP Serviço Publico	859.500
Outros	4.798.543
Licenças	889.482
Desenvolvimento de Software	171.324.751
	<b><u>444.384.018</u></b>

#### **NOTA Nº 16 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Os Subsídios à Exploração, concedidos pelo Estado ao NOSi em 2016, têm como finalidade o pagamento de parte de Despesas com Pessoal, Licenças Microsoft e Aluguer de Circuitos e Internet à CV Telecom e CV Multimédia.

#### **NOTA Nº 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

	<b><u>2016</u></b>
Àgua	1.854.747,00
Eletricidade	25.644.760,00
Gasóleo	861.499,00
Gasolina	7.020,00
Outros combustíveis	46.752,00
Conserv. Repar. Edif.	149.813,00
Conserv. Reparação viaturas	524.837,00
Conservação de Mobiliários	6.087,00
Conservação de Equipamento básico	4.471.764,00
Conservação de equip. Administ.	14.217,00
Ferram. e utens. desgaste rápido	1.287.263,00
Material de escritório	302.100,00
Publicidade e propaganda	967.732,00
Livros e documentação técnica	50.279,00
Limpeza, higiene e conforto	2.287.225,00
Transporte de cargas	54.700,00
Rendas e alug. Edifícios e outras contr.	12.693.892,00



Rendas e alugueres de viaturas	1.315.748,00
Rendas de Stand	90.000,00
Despachos	204.022,00
Comunicação telefone	398.225,00
Comunicação telemóvel	3.449.819,00
Comunicação internet	346.016,00
Comunicação portes e correios	59.848,00
Comunicação Frequências	1.904.000,00
Seguros de viaturas	368.139,00
Seguros de viagens	66.649,00
Filmagem	236.368,00
Vigilância e segurança	3.184.000,00
Royalties	48.345.136,00
Estudos e pareceres	2.706.423,00
Consultorias	5.067.966,00
Deslocação estadias	28.320.902,00
Honorários	102.973.427,00
Contencioso e notariado	1.350,00
Transporte de pessoal	265.620,00
Despesas bancarias	2.238.471,00
Equipamento de baixo valor	207.835,00
Despesas de Representação	926.758,00
Serviço IP RAFE001D	38.346.420,00
Circuitos	35.957.770,00
Outros fornec. serviços externos	1.959.189,00
<b>Total</b>	<b><u>330.164.788,00</u></b>

## **NOTA Nº 18 – GASTOS COM O PESSOAL**

Decompõem-se como segue:

<b>Gastos com pessoal</b>	<b>ESC</b>
	<b>2016</b>
Remunerações de órgãos Sociais	5.607.500
Remuneração de pessoal	149.242.762
Encargos sobre remunerações	26.603.722
Subsidio Turno	587.500
Gratificação	18.921.335
Subsidio estágio	706.000
Subsidio Alimentação	12.500
Reconhecimento público	115.000
Formação	<u>1.321.866</u>
<b>Total</b>	<b><u>203 118 185</u></b>

A rubrica de Gastos com pessoal inclui, essencialmente, as remunerações dos órgãos sociais, as remunerações do pessoal, incluindo subsídios e gratificações diversas, os encargos sobre remunerações, que se referem à contribuição patronal para a previdência social, e diversos, mormente reconhecimento público e gastos com formação do pessoal.

### **NOTA Nº 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

Decompõem-se como segue:

	<b>2016</b>
Alienação de ativos	2.010.800,00
Outros rendimentos	3.656.573,00
	<b>5.667.373,00</b>

### **NOTA Nº 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS**

A rubrica de outros gastos e perdas inclui, essencialmente, imposto selo, taxas, quotizações, outros gastos dos exercícios anteriores, conforme detalhado abaixo:

<b>Outros gastos e Perdas</b>	<b>ESC</b>
	<b>2016</b>
Imposto selo	98.911,00
Taxas	196.500,00
Quotizações	9.000,00
Gastos do exercício anterior	104.422.866,00
<b>Total</b>	<b>104.727.277,00</b>

### **NOTA Nº 21 – JUROS E PERDAS SIMILARES**

Refere-se aos juros e encargos suportados no âmbito do empréstimo obtido junto à Caixa Económica de Cabo Verde.

### **NOTA Nº 22 – RESULTADO LIQUIDO**

O valor desta rubrica foi calculado como segue:

	<b>2016</b>
Rendimentos	768.012.421,00
Gastos	-817.090.563,00
Resultado antes de impostos	-49.078.142,00
IRPC a pagar	5.503.829,00
Derrama	9.866,00
Tributação Autónoma	1.390.727,00
<b>Imposto a pagar</b>	<b>6.904.422,00</b>

Resultado Líquido

-55.982.564,00

**NOTA Nº 23 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS NOUTRAS NOTAS**

Não são conhecidos quaisquer passivos contingentes.

**NOTA Nº 24- DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Não foi identificada nenhuma.

**NOTA Nº 25 - OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS**

Não foi identificado nenhuma.

**NOTA Nº 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não são conhecidos factos que tenham ocorrido após 31 de Dezembro de 2016 que possam influenciar de forma significativa as contas apresentadas ou que justifique a sua menção.

Praia, 21 de Março de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

